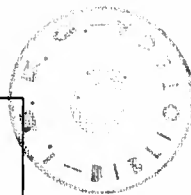
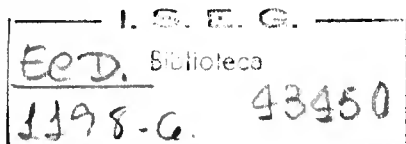


X-96-050178-8



**UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA.  
INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO.**



**RESERVADO**

HD2346. A37

DS3

1995

**O SECTOR INFORMAL NAS ECONOMIAS URBANAS  
DOS PAÍSES DA ÁFRICA AO SUL DO SAARA.**

**Rafael Vanga Diaku.**

**Orientador: Doutor Fernando Jorge Cardoso**

**Dissertação apresentada como requisito  
parcial para obtenção do grau de mestrado em  
Desenvolvimento e Cooperação Internacional.**

**Constituição de Júri:**

**Presidente:- Doutora Joana Helena Maria  
Fajardo Pacheco Pereira Leite**

**Vogais: -Doutor José Fialho Feliciano  
-Doutor Fernando Jorge Cardoso**

**Outubro 1995**

## **PREFÁCIO.**

Informal, irregular, incontrolado, não organizado, não estruturado, etc...., o prefixo de negação que precede aos termos quando se fala deste sector, indicia a dificuldade de abordagem deste tema. Jacques Charmes observa que a própria negação contida nos termos prova que se trata de um domínio onde, para além de um certo limite, determinados conceitos e análises já não são operacionais.

As dificuldades de abordagem do sector consubstanciam-se precisamente no facto de as suas actividades não figurarem nos registos contabilísticos e estatísticas oficiais. A sua extrema heterogeneidade complica a recolha e tratamento de dados e a consequente formulação do tema.

Mas a verdade é que este sector é uma realidade na vida quotidiana dos países subdesenvolvidos, particularmente da África ao sul do Saara. O fenómeno é tão evidente que, quando se percorrem as ruas das cidades africanas, não é preciso recorrer a quaisquer documentos estatísticos oficiais para se perceber o peso e a importância do sector informal.

Daí que o seu estudo se afigura indispensável para se poder enquadrar o sector nos programas de desenvolvimento. Como dizia Georges Nihan, a actividade informal é um fenómeno socio-económico demasiado visível para ser ignorado por mais tempo.

Para não cairmos em demasiada generalização, era nossa intenção realizar um estudo de caso sobre os mercados informais da cidade de Luanda, onde o sector assume proporções significativas. Mas por problemas de vária ordem, limitámo-nos a desenvolver um modelo de inquérito com base em questionário, remetendo a aplicação deste inquérito para mais tarde.

Os meus apreços ao meu orientador, Professor Doutor Fernando Jorge Cardoso, cujo rigor e exigências metodológicas, apesar das suas múltiplas ocupações profissionais e científicas, me incentivaram a persistir na elaboração desta obra.

Os meus agradecimentos dirigem-se também à Professora Anabela Carvalho que me auxiliou na segunda parte deste trabalho, particularmente na formulação do modelo de questionário.

As falhas, omissões e erros que porventura persistam no texto, como não podia deixar de ser, são porém, da minha inteira responsabilidade.

À Samba, ao James, à Lídia, fico muito grato pelo apoio moral e pelo ambiente familiar que me foi proporcionado durante todo o tempo que levou a produção deste trabalho. Sem este apoio, ser-me-ia difícil senão impossível levar os meus objectivos ao bom termo.

Por fim, a todos os meus, muito obrigado.

Rafael V. Diaku.

# ÍNDICE.

Introdução.	5
1 - Enquadramento do Sector Informal.	12
1.1 - Amplitude do Sector Informal.	13
1.2 - Contribuições específicas do Sector Informal.	19
1.3 - Papel das actividades informais no processo de desenvolvimento.	25
1.4 - Constrangimentos limitativos da expansão do Sector Informal.	32
1.4.1 - Factores Externos.	32
1.4.2 - Factores Internos.	34
1.5 - Considerações sobre políticas e programas de acção para o sector.	38
2 - Causas, Génese e Definição do conceito do “Sector Informal”.	47
2.1 - Reflexão sobre as causas da existência do Sector Informal.	47
2.2 - Génese e Conceito do Sector Informal.	60
3 - Mercados informais em Luanda/Angola. Ensaio metodológico para uma investigação empírica	72
3.1 - Surgimento, expansão, amplitude do sector.	72
3.2 - Ensaio Metodológico.	79
4 - Considerações Finais. Futuro do Sector Informal.	92
Bibliografia	99

## INTRODUÇÃO.

Propusemos como objectivo para o presente trabalho, demonstrar que, o sector informal constitui em África uma retenção de valor e utilidade social, uma fonte de criação de rendimento, de trabalho e de emprego, fazendo realmente parte integrante na vida económica urbana dos países deste continente.

Nas suas diversas formas o sector exhibe um dinamismo e potencialidades notáveis, que lhe permite fazer face a um ambiente económico nefasto advindo das falhas das estratégias de desenvolvimento, das crises e outros erros de governação. O que seria da população sem estas actividades?

Nesta perspectiva, defendemos, no seu sentido mais lato como sector onde se exercem actividades não registadas nos inquéritos e ficheiros estatísticos oficiais, a sua inclusão nos planos e programas de acção para o desenvolvimento.

Apoiá-lo e enquadrá-lo em vez de persistir em vê-lo como mera actividade de subsistência, portanto marginal, constituirá solução viável que se pretende com qualquer programa de desenvolvimento a saber: bem estar da população, satisfação das necessidades básicas e distribuição de rendimentos.

Para atingir o nosso objectivo recorreremos basicamente a pesquisa bibliográfica principalmente aquela que publicou resultados das investigações empíricas efectuadas em alguns países africanos<sup>(1)</sup>.

Os estudos decorrentes destes trabalhos procuram mostrar essencialmente que o sector informal, tendo em conta as suas pontecialidades, constitui um elemento importante da transição económica. Assim, passa a admitir-se que as estratégias de desenvolvimento baseadas nos problemas de disponibilidade de recursos escassos (fluxos financeiros e capitais) cedem lugar a estratégia de melho

---

(1) Ex. Centro de Economia do Desenvolvimento (C.E.D.) da Universidade de Bordéus I; Centro do Estudo da África Negra (CNRS), Bordéus/França; particularmente os Programas para o Emprego e Competência Técnica em África do Bureau Internacional de Trabalho (PECTA/B.I.T.).

ria da eficácia da utilização de recursos abundantes (reafectação de mão-de-obra).

No primeiro capítulo pretendemos ressaltar a importância do sector informal nas economias em desenvolvimento de África pela ilustração no ponto 1.1, da sua dimensão com base em dados estatísticos, da sua contribuição nestas sociedades no ponto 1.2, assim como da sua função no processo de desenvolvimento no ponto 1.3.

No mesmo capítulo identificaremos no ponto 1.4 os factores limitantes da expansão do sector, pois a experiência mostra que existem certos obstáculos externos e internos que não permitem ao sector integrar-se eficazmente no processo global de desenvolvimento, e perante este facto faremos propostas de planos de acção no ponto 1.5 com vista à apoio ao sector.

Após esta representação da importância do sector, procuraremos então no segundo capítulo descobrir e compreender este fenómeno tão essencial para a vida económica e social dos países de África. Esta abordagem nos permitirá perceber no ponto 2.1 as causas da sua manifestação e a origem e conceito deste sector resenhados no ponto 2.2.

Fixámos ainda um objectivo suplementar à presente dissertação tratado no terceiro capítulo, o de tentar confrontar as afirmações teóricas sobre o sector informal com a realidade angolana, particularmente da cidade de Luanda.

É no mesmo capítulo, com vista a verificar as principais hipóteses que se colocam no sector informal, ensaiaremos um modelo de inquérito com a ajuda de um questionário preestabelecido a submeter junto a um grupo representativo aleatoriamente escolhido de participantes num dos ramos de actividades informais da cidade de Luanda.

O nosso ensaio vai recair nas actividades informais de consumo e comercialização que se exerce no maior mercado<sup>(1)</sup> desta cidade, e não é ao acaso que escolhemos o ramo de comércio.

A lógica da nossa escolha reside no facto de o comércio ocupar grande número de agentes informais nas cidades africanas devido a quase inexistência de barreiras à entrada (e à saída), asserção corroborada pela abundante literatura sobre o sector em África<sup>(2)</sup>. A este propósito, P. Mettelin escreveu “a decomposição sectorial de actividades informais mostra que o comércio constitui a actividade mais expandida ultrapassando às vezes 80%. Isto traduz uma função importante destas actividades na satisfação das necessidades essenciais. A multiplicação dos lugares de venda, a venda a retalho, são particularidades das cidades africanas. O comércio permite um fraccionamento infinito de tarefas e cria oportunidades de emprego(...)”<sup>(3)</sup>.

Ainda no que diz respeito ao terceiro capítulo, a abordagem da situação angolana será analisada no momento presente. A literatura sobre a economia de Angola, a experiência e observação pessoal, as várias constatações e afirmações emanadas dos diferentes círculos da população servirão de método para este ponto.

Por último, nas considerações gerais a referir no quarto capítulo tentaremos tirar as conclusões e demonstrar que contrariamente ao

---

(1) - *Por mercado, como o caracteriza P. Hugon, entende-se aqui o lugar de troca e de acumulação de riquezas, de redes de comunicação e de transporte, de circulação de moeda, de mercadorias ou de informações. Hugon, P. (ed) “Le secteur informel et petite production marchande dans les villes du Tiers-Monde”. Revista Tiers-Monde, vol. XX, nº 82, Abril-Junho 1980, p. 414.*

- *Trata-se de “Roque Santeiro”, o maior mercado da cidade. Praça de transacção de bens de consumo de primeira necessidade, vestuários, calçado, artigos electrodomésticos, aparelhos de som. Também é lugar de venda por grosso.*

(2) *Estudos indicam que o comércio é a actividade mais exercida em África, englobando cerca de 80% das empresas informais. Cfr. J.P. Lachaud, “Les activités informelles urbaines en Afrique sub-saharienne”. In Penouil, M. et Lachaud, J.P. (sous la dir) “Le Développement Spontané. Les activités informelles en Afrique”. Centro de Economia do Desenvolvimento. Bordéus, p. 111.*

(3) *P. Mettelin, “Les conflits d’interprétation”. In Penouil, M. et Lachaud, J.P. (sous la dir), op.cit., p. 88.*

preconceito formado em torno deste sector, este constitui um elemento de valor que não se pode subestimar nas economias de África.

O sector informal é um tema relativamente novo no pensamento económico e político sobre o desenvolvimento.

No período correspondente ao grande surto das independências africanas, o fim dos anos cinquenta e ao longo dos anos sessenta, cientes da existência das actividades informais nas cidades<sup>(1)</sup>, diversas concepções e teorias e os poderes públicos previam o seu desaparecimento com o dinamismo de crescimento económico sustentado pelo fluxo de ajuda e de investimentos internacionais, acabando por se integrar naturalmente, sob efeitos de arrastamento, no sector moderno.

O desenvolvimento era regra geral e segundo a teoria dualista então dominante, visto como resultando da substituição das chamadas actividades “*tradicionais*” pelas chamadas actividades “*modernas*”<sup>(2)</sup>. Isto é, as estratégias de escolha e orientação dos investimentos concebiam-se a partir da substituição das estruturas do “*trabalho, da evolução lenta das tecnologias artesanais, com predominância da organização familiar e de auto consumo*” pelas “*estruturas organizadas, viradas para o mercado e acumulação*”<sup>(3)</sup>.

A partir desta visão da situação dos países em desenvolvimento, as actividades informais foram omitidas nos programas de desenvolvimento e nas estratégias de planificação da economia nacional, por apresentarem para as empresas e as administrações públicas, um carácter pouco dinâmi-

---

(1) *As autoridades coloniais de entre as duas guerras fizeram poucas referências à este tipo de actividades, o que não permite avaliar e medir estatisticamente o seu peso nas economias urbanas coloniais. Mas há autores que admitem situá-las após a crise do anos 30. Por exemplo, Pierre Kippre no seu artigo “Grandes Sociétés et Entreprises Individuelles dans la ville coloniale en Côte d’Ivoire à la veille de la seconde Guerre Mondiale” publicado em Entreprises et Entrepreneurs en Afrique (XIX et XX siècles) tome 2, colecção “Laboratoire «Connaissance du Tiers-Monde». Também Marfaing, L., faz o mesmo em “Secteur Informel? Pour une approche historique de l’évolution d’un commerce Africain”. (mimeografia).*

(2) Penouil, M., “Les activités informelles: Realités méconnues..., espérances illusoires?” *“Economie et Humanisme n° 314, Julho-Setembro 1990, p. 29.*

(3) Penouil, M., *op. cit.*, p. 29.



co e pouco inovador. Confundidas com o artesanato tradicional, os poderes públicos consideravam-nas como marginais.

Vinte e cinco anos mais tarde<sup>(1)</sup>, as realidades de hoje mostram-nos um fenómeno diferente. Com as falhas flagrantes das políticas de investimento e de industrialização, perante a grave crise dos anos oitenta com as suas evidentes consequências no plano social e económico, nota-se que não só o sector informal resiste, mas ainda constitui um elemento moderador da deterioração das condições de vida das populações.

A crise revelou o papel estabilizador e recuperador destas actividades. É neste sector que uma parte crescente da população urbana elabora e constroi a sua estratégia de vivência e de sobrevivência. O sector passou a assumir um papel na função da reprodução do sector moderno, oferecendo oportunidades complementares aos assalariados cada vez mais desmotivados e menos produtivos face a esta crise. É este mesmo sector que absorve um grande número de funcionários dispensados dos serviços públicos e das empresas do estado pela força dos programas de ajustamento estrutural actualmente em curso em numerosos países de África.

Parece então indubitável que o sector assume cada vez mais uma função social e económica considerável, estendendo-se, criando até empregos mais rapidamente e mais eficazmente do que o próprio estado; as actividades industriais, o "sector moderno", não se encontra em condição de oferecer emprego a uma mão-de-obra abundante que, vinda do meio rural e não só, aumenta a população das cidades.

Destas constatações decorre a mudança para atitudes mais compreensivas por parte de organismos públicos e instituições internacionais, orientadas para a promoção das actividades do sector.

O comportamento outrora negativo ou, a indiferença manifestada pelos governos face ao sector informal prendia-se essencialmente com a "qualidade", isto é, não interessava promover, por um lado, o que era considerado como esfera produtora de bens de qualidade inferior e, por outro, actividades que proliferavam essencialmente nos bairros pobres e

---

(1) Os anos 70 marcaram a tomada de consciência do papel do sector informal após a vulgarização do seu conceito pelo B.I.T. no seu relatório sobre o Kenya. Cfr. ponto 2.2 deste trabalho.

subúrbios das cidades; estas concepções mais uma vez ligavam o desenvolvimento a adopção de tecnologias industriais tidas como base ou modelo de crescimento económico e como critério de “performance”.

Hoje pelo contrário, o estudo do sector informal permite uma nova visão, insere-se numa nova lógica, numa maneira de repensar os processos da evolução específica dos países em desenvolvimento. Como o afirma Philippe Hugon<sup>(1)</sup>, permite ultrapassar a noção de um sector tradicional, passivo, fornecedor de mão-de-obra ao sector moderno e de negação da modernidade.

Neste sentido, novas concepções dão-nos ocasião de analisar e descobrir os mecanismos específicos de reprodução das sociedades sub-desenvolvidas, de compreender os dinamismos económicos característicos, as estratégias de sobrevivência dos habitantes das cidades e ainda as novas relações sociais que aí se estabelecem.

Mas o carácter novo deste tema, como já mencionado, repercute-se hoje na pluralidade de interpretações deste universo mal definido<sup>(2)</sup>, que gera diferentes correntes de pensamento. Face à unanimidade quanto à dimensão e à diversificação das actividades informais, opõe-se o desentendimento sobre as considerações teóricas.

Dos trabalhos efectuados e inquéritos realizados, emanam diversas definições quanto ao objecto de pesquisa. A prova evidencia-se nos numerosos e diversos conceitos de denominação: actividades de sobrevivência, de transição, não exploradas; artesanato; circuito inferior; economia de subsistência; marginalidade; pequena produção mercantil; proletariado; sector de pequena produção dominada, artesanal, atrasado, de subsistência, incontrolado, informal, intermediário, não organizado,

---

(1) Hugon, P., *op.cit.*, p. 230.

(2) Há autores que identificam o carácter informal de uma empresa pelas suas características exteriores. Ex. Hans Singer para quem uma unidade informal é difícil descrever mas é fácil reconhecer ao vê-la. Citado por Lubell, Harold, “Le Secteur Informel dans les années 80 et 90”. Estudos do Centro de Desenvolvimento da O.C.D.E. p. 13.

não protegido, não estruturado, pré-industrial, residual, terciário primitivo, etc...<sup>(1)</sup>.

Após estas considerações gerais, passemos então a análise deste universo informal.

---

(1) P. Mettelin, *op.cit.*, p. 71

## 1 - ENQUADRAMENTO DO SECTOR INFORMAL.

No quadro da evolução das teorias económicas do desenvolvimento, o surgimento do conceito de sector informal corresponde a uma necessidade real, como escreveu Georges Nihan, de *"apreensão de um fenómeno sócio-económico tão visível para ser ignorado ainda por mais tempo"*<sup>(1)</sup>.

Com efeito ao percorrer as cidades africanas, deparamo-nos com o desenvolvimento de muitas actividades de produção, de serviço, de comércio que se exercem ao longo de estradas e ruas, debaixo da sombra de uma árvore, entre as paredes de um edifício inacabado, numa cabana montada no quintal, etc....

Estas actividades são apanágio de um grande número de indivíduos que tiram daí os seus meios de subsistência. A proliferação destas actividades servem de prova de que elas passaram a representar uma crescente fonte de oportunidades de emprego e rendimento em quase todo o continente.

Algumas, para retomar a expressão de J. Charmes<sup>(2)</sup>, são localizadas (visíveis do seu exterior pelos reclames, ensígnias) outras não são localizadas (por exercerem-se nos locais escondidos, camuflados), mas todas evidenciam um dinamismo marcadamente positivo.

Um enquadramento analítico-estatístico do sector permitir-nos-á representar a sua importância na vida económica e social das cidades de África.

Por enquadramento entende-se a ilustração da sua amplitude, a sua contribuição e seu papel no processo de desenvolvimento. Situamos aqui

---

(1) Georges Nihan, *"Le secteur non structuré, signification, aire d'extention du concept et application experimentale"* in Hugon, P. (ed), *"Le secteur informel et petite production marchande..."* Revue Tiers-Monde, vol. XXI, n° 82, Abril-Junho 1980, p. 262

(2) J. Charmes, *"Methodologie des enquêtes sur le secteur non structuré de Tunisie"*. in Deblé, I. et Hugon, P. et alii, *"Vivre et survivre dans les villes africaines"*. I.D.E.S/Universidade de Paris 1, p. 224.

também os factores inibitivos para a sua expansão e as possíveis correcções por parte da actuação pública, isto é, através das políticas e programas de acção concretos.

### *1.1 - AMPLITUDE DO SECTOR INFORMAL.*

Alguns dados obtidos dos estudos especiais realizados nalgumas cidades africanas no quadro do projecto de investigações sobre urbanização e emprego do programa mundial do B.I.T.<sup>(1)</sup> permitem medir a importância do sector informal urbano: Abidjan (Costa do Marfim) com uma população activa total estimada em 153 mil trabalhadores em 1970, 31% são empregados no sector informal. O valor acrescentado por trabalhador do sector informal para todo o país representava 23% na fabricação e construção, 24% nos transportes, 54% no comércio e serviços em comparação com o valor acrescentado do sector formal.

Outros estudos revelam que a força de trabalho urbana nos países em via de desenvolvimento empregue nas actividades informais situa-se entre 20 a 70%, com uma média de 50%, atingindo nalgumas cidades de África como por exemplo Kumasi (Ghana), uma percentagem de 60 a 70%, conforme nos elucida o quadro nº 1.

A amplitude do sector informal reveste-se de maior interesse quando é revelado por diferentes fontes<sup>(2)</sup> que, após inquérito, muitos dos actores informais opinam que a sua participação naquelas actividades não é considerada como a segunda melhor opção, pois acreditam que conseguem uma maior realização financeira e social no emprego informal do que no formal. Instigados pelo sucesso dos seus pares, outros cidadãos têm tendência a engrossar as fileiras da informalidade com a esperança de obter os mesmos resultados.

---

(1) Ver Lubell, H. "Le Secteur Informel dans les années 80 et 90" Estudos do Centro do Desenvolvimento da O.C.D.E., pp. 24-38.

(2) Exemplo, Leiman, A. "Formal/Informal sector articulation in Zimbabwean Economy". *Journal of Contemporary African Studies*, vol. 4, nº 1/2, October 1984-April 1985, p. 121.

QUADRO Nº1.

PARTICIPAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NO SECTOR INFORMAL  
EM ALGUNS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO (ESTIMATIVAS).

ÁREAS.	QUOTA PARTE(%)
- ÁFRICA.	
. ABIDJAN, COSTA DO MARFIM	31
. LAGOS, NIGÉRIA	50
. KUMASI, GHANA	60-70
. NAIROBI, KENYA	44
. ÁREAS URBANAS, SENEGAL	50
. ÁREAS URBANAS, TUNÍSIA	34
- ÁSIA.	
. CALCUTTA, ÍNDIA	40-50
. AHMEDABAD, ÍNDIA	47
. JAKARTA, INDONÉSIA	45
. COLOMBO, SRI-LANKA	19
. ÁREAS URBANAS NA MALAYSIA OESTE	35
. SINGAPURA	23
. ÁREAS URBANAS, TAILÂNDIA	26
. ÁREAS URBANAS, PAQUISTÃO	69
- AMÉRICA LATINA	
. CORDOBA, ARGENTINA	38
. SÃO PAULO, BRASIL	43
. ÁREAS URBANAS, BRASIL	30
. RIO DE JANEIRO, BRASIL	24
. BELO HORIZONTE, BRASIL	31
. ÁREAS URBANAS, CHILE	39
. BOGOTÁ, COLOMBIA	43
. SANTO DOMINGO, R. DOMINICANA	50
. GUAYAQUIL, EQUADOR	48
. QUITO, EQUADOR	48
. SAN SALVADOR, EL SALVADOR	41
. DISTRITO FEDERAL E ESTADO DO MÉXICO	27
. MÉXICO, D.F., GUADALAJARA E MONTEREY	42
. ASSUNCION, PARAGUAI	57
. ÁREAS URBANAS, PERÚ	60
. ÁREAS URBANAS, VENEZUELA	44
. CARACAS, VENEZUELA	40
. KINGSTON, JAMAICA	33

*FONTE: S.V. Sethuraman, "the urban informal sector developing countries" (Geneva: Internacional Labor Organization, 1981). In Todaro Michael P., "Urbanization and Rural-Urban Migration: Theory and Policy". Economy Development, 5<sup>th</sup> edition, p. 254.*

Outras investigações ainda mostram que o emprego no sector informal em África ultrapassa 40 a 50% da população activa não agrícola, sendo muito acentuado nos países do Sahel onde excede os 50%, atingindo cerca de 40% no Senegal e 48% na Costa de Marfim<sup>(1)</sup>.

Nas zonas urbanas da Costa de Marfim em 1984, o sector informal ocupava 43,1% de mão-de-obra e no Togo, a quota-parte do emprego informal urbano situava-se em 49%<sup>(2)</sup>.

Geralmente, o terciário (comércio, outros serviços) ocupa um lugar preponderante no emprego urbano africano e o sector informal engloba por si 80% das unidades e 64,5% dos empregos<sup>(3)</sup>. O carácter terciário do sector informal aumenta com o grau de urbanização como afirma J. Charmes<sup>(4)</sup>, com as actividades não sedentárias (actividades de rua) exercendo um papel importante. Estas actividades chegavam em 1981 a representar 33,3% do emprego informal em Niamey (Niger) e 35,9% em Conacry (Guiné) em 1987, com o comércio constituindo o essencial das actividades<sup>(5)</sup>.

Observa-se portanto que as actividades informais aumentam em vez de desaparecer, pois elas fornecem bens e serviços essenciais ao modo de vida urbano, satisfazendo as necessidades básicas em habitação, transporte, vestuário, alimentação etc.... Philippe Hugon escreve *as actividades não oficiais fazem parte do quotidiano para os habitantes das cidades dos países do terceiro mundo, são uma resposta ao sub-desenvolvimento, a pobreza, a inadaptação à legislação e aos regulamentos*<sup>(6)</sup>.

---

(1) *"Le poids du Secteur Informel en Afrique Sub-saharienne". Marchés Tropicaux et Méditerranéens, n° 2338/1990.*

(2) *Ibid.*

(3) *Ibid.*

(4) *Citado no Semanário "Marché Tropicaux et Méditerranéens", p. 2448.*

(5) *Ibid.*

(6) *P. Hugon, citado no Semanário "Marchés Tropicaux et Méditerranéens", p. 2448.*

Assinala-se um outro aspecto do sector informal quando se afirma que, partindo do crescimento demográfico acelerado nos países em desenvolvimento e consequente aumento potencial da mão-de-obra, se assevera crucial a criação de mais de 100 milhões de novos postos de trabalho entre 1980 e o ano 2000<sup>(1)</sup>, tarefa longe de ser satisfeita por parte do sector moderno por razões sobejamente conhecidas<sup>(2)</sup>.

Num outro trabalho ainda mais elucidativo, além de reafirmar os dados anteriores acerca da proporção considerável da participação da força de trabalho urbana africana no sector informal, admite-se também que a mesma força contribui em 25 a 33% de rendimento urbano<sup>(3)</sup>.

O quadro nº 2 destaca o peso que este sector já detinha em meados dos anos 70 no emprego total em diferentes países de África.

Quanto à produção, a evidência dos factos alerta que o sector informal assume um papel económico preponderante nas zonas urbanas, produzindo bens e serviços de acordo com as necessidades das populações. Infelizmente estas actividades não estão quantificadas na contabilidade nacional para se poder avaliar o seu peso, mas estima-se que o “*Output*” do sector chegue a cobrir pelo menos 20% da produção total urbana<sup>(4)</sup>.

Apesar do sector ser identificado como refúgio para a camada pobre, vai cada vez mais ao encontro das necessidades da camada com maiores rendimentos, pois além de satisfazer as necessidades dos pobres em alimentação, vestuário, habitação, fornece também serviços úteis aos grupos de maiores rendimentos. Perante esta função dual, algumas observações apontam que o sector consegue reunir algumas vantagens comparativas em relação ao sector formal visto que os seus preços são

---

(1) Marius, Heino; “*The Informal Sector in Developing Countries*”, in Neck, Philip A. and Nelson, Robert E. (eds), “*Small Enterprise Development: Policies and Programmes*”. ILO, Management Development Series, nº 14, p. 62.

(2) *Principalmente a crise que assola os PVDs.*

(3) “*The Informal Sector in Africa*” in “*The Challenge of Employment and Basic needs in Africa*”. Jobs and Skill programme for Africa (JASPA) of the ILO, p. 244.

(4) JASPA of the ILO, opt. cit., p. 247.



mais baixos e a qualidade dos seus produtos adaptados às necessidades da população<sup>(1)</sup>.

## QUADRO Nº 2.

Quota parte do emprego informal em alguns países de África em 1970.

Áreas	%
. Abidjan (Costa do Marfim)	44
. Nairobi (Kenya)	44
. Kumasi (Ghana)	65
. Congo (Áreas Urbanas)	55
. Senegal (Áreas Urbanas)	50
. Lagos (Nigéria)	50
. Burkina Faso (Áreas Urbanas)	73
. Bangul/Gâmbia (Áreas Urbanas)	42
. Lomé (Togo)	50
. Benim (Áreas Urbanas)	95
. Brazzaville (Congo)	37
. Niger (Áreas Urbanas)	65
. Djibuti	20
. Ruanda	54
. Lusaka (Zâmbia)	50

*FONTE: "The challenge of Employment and Basic needs in Africa" JASPA/ILO. p. 245.*

Estes dados enfretam porém opiniões divergentes por parte de muitos outros analistas.

Lillian Trager<sup>(2)</sup>, por exemplo, aponta como deficiência dos estudos realizados na África Ocidental, a sua focagem centralizada nas grandes cidades, tendo como consequência, a falta de informação nas pequenas e médias cidades, o que fornece uma visão pouco realista dos

---

(1) *Ibid*

(2) Trager, L. "A re-examination of the urban sector in West Africa", *Canadian Journal of African Studies*, XXI: 2, 1987.

resultados publicados. Além disso, os quadros de amostra para grande parte dos estudos excluem as actividades levadas a cabo pelas mulheres, quando a sua participação nestas actividades é considerável, com taxas de 25% em Freetown (Libéria), 11% em Kano e 15% em Lagos (ambos na Nigéria)<sup>(1)</sup>.

Os estudos, anota ainda Lillian Trager, referem-se em grande medida mais às actividades da indústria e da manufactura, do que às do comércio e outros serviços e são conduzidos de um ponto de vista estatístico, chocando-se com o carácter altamente dinâmico do sector, que varia consoante as condições económicas em geral, e apresentam geralmente o sector como sendo homogéneo, apesar da natureza heterogénea das suas actividades<sup>(2)</sup>.

Mas apesar destas e outras constatações, admite-se que os elementos estatísticos apresentados e as observações “*in loco*” reflectem de algumas forma, o peso e a importância deste sector, não só para a maioria dos habitantes das cidades, mas também para o conjunto da economia.

Três casos entre muitos bem patentes em África ilustrados no estudo de uma perspectiva de longo prazo do Banco Mundial exprime a agilidade que se prende com o sector informal provando a sua importância e o seu carácter dinâmico<sup>(3)</sup>:

No domínio da habitação, o sector informal ajuda a suprir os altos custos impostos às empresas formais através de códigos rígidos e restrições pelo uso de terras, que tornam altos os preços de habitação, difíceis ao alcance da maioria. O sector tem-se encontrado a medida de satisfazer esta necessidade a tal ponto constata-se que, apesar do crescimento da população e o aumento da migração rural-urbana ter multiplicado por dez a população das maiores cidades africanas nos últimos 24 anos, o número de habitantes por domicílio permaneceu aproximadamente o mesmo.

---

(1) Trager, L., *op. cit.*, p. 240.

(2) *Ibid.*

(3) Banco Mundial, “África subsaariana. Da crise ao crescimento sustentável”. Washington, 1990, p. 174.

No domínio do transporte, os operadores deste ramo têm ajustado os seus itinerários e paragens reduzindo assim os seus custos de exploração. Os veículos, não obedecendo ao horário fixo, esperam que os lugares fiquem cheios antes de partir e por se adaptarem em viagens em estradas inacessíveis pelos serviços oficiais, chegam a sítios ou mercados interiores e longínquos dos bairros para atender as necessidades da população.

No domínio da produção, a operação em pequena escala que lhe é característica por sua tecnologia ser simples mas flexível, leva o sector a produzir na base da fabricação por encomenda, respondendo de uma forma imediata à flutuação de procura.

Os diferentes dados e outros aspectos aqui salientados justificam o grau de maior flexibilidade e tolerância por parte das administrações públicas e as consequentes tentativas para a integração do sector informal na economia oficial dos países, tornando-se assim num dos elementos essenciais para uma nova estratégia de desenvolvimento deixando de ser visto como um problema social a eliminar ou evitar.

## *1.2 - CONTRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS DO SECTOR INFORMAL.*

Como encarar as actividades do sector informal? A partir dos elementos positivos deste sector destacados pelo B.I.T.<sup>(1)</sup>, desenha-se uma imagem das suas especificidades: poupança de divisas, criação de empregos com mínimo custo de capital, formação profissional em quantidade e adequação da produção ou dos serviços às necessidades.

É geralmente aceite entre os analistas que a contribuição do sector informal reside nas suas pontecialidades ao nível do emprego, da acumulação de capital, da distribuição de rendimento e da satisfação de necessidades básicas<sup>(2)</sup>.

---

(1) Citado no *Semanário "Marchés Tropicaux et Méditerranéens"* n° 2338, 1990. p. 2448.

(2) Ver J.P. Lachaud, "*Les activités informelles urbaines en Afrique subsaharienne*" in Penouil, M. et Lachaud J.P. (sous la dir.), *op.cit.*, pp. 106-199.

Ao nível do emprego, a contribuição do sector informal manifesta-se decisiva dada a sua capacidade de absorver mão-de-obra excedentária uma vez que a taxa de crescimento da população urbana ultrapassa em larga medida a de crescimento de postos de trabalho no sector moderno.

J.P. Lachaud fala da contribuição efectiva e potencial das actividades informais<sup>(1)</sup>. A primeira consubstancia-se, grosso modo, na quota-parte do emprego informal no emprego total, que se estima nas zonas urbanas da África subsaariana ser da ordem dos 30 a 50%<sup>(2)</sup>.

Após investigações empíricas efectuadas em duas cidades da República Centro Africana, Lachaud mostra que no Bangui, uma sobre quatro famílias e em Abengourou, três sobre cinco famílias dependem de uma forma ou de outra das actividades informais em matéria de emprego<sup>(3)</sup>. Portanto, o contributo efectivo do sector informal na geração de rendimentos revela quão decisivo é o sector para o equilíbrio social nos centros urbanos.

Avalia-se a contribuição potencial do sector informal pela sua capacidade de *"melhorar a qualidade dos empregos futuros"* e de *"assegurar um carácter permanente à absorção de mão-de-obra do ponto de vista quantitativo"*<sup>(4)</sup>. Esta asserção esclarece que a contribuição do sector não se limita apenas a fornecer um volume de emprego a dado momento.

O mesmo Lachaud refere três níveis em que se pode manifestar esta contribuição potencial relativamente ao emprego<sup>(5)</sup>:

- Na formação do capital humano, especialmente para os aprendizes. Este facto reveste-se de particular importância, visto que estes últimos representam 60 a 70% de mão-de-obra não assalariada neste domínio, e o

---

(1) *Ibid.*

(2) J.P. Lachaud, *op. cit.*, p. 107.

(3) *Ibid.*

(4) J.P. Lachaud, *op. cit.*, p. 115.

(5) *Ibid.*, pp. 115-119.

desenvolvimento da aprendizagem é uma das características fundamentais do sector informal.

- Na tendência positiva da evolução do emprego, isto é, vários estudos empíricos revelam que todos os ramos das actividades informais ligados à produção, serviços, construção ou comércio, apresentam um nível de "performance" satisfatório, com taxas de aumento de emprego superiores a 5%<sup>(1)</sup>, contribuindo assim fortemente para o crescimento permanente do emprego e, conseqüentemente, para um certo grau de regularidade da actividade económica.

- Na facilidade inerente ao sector informal de poder assegurar localmente a sua própria reprodução, pelo fluxo migratório, essencialmente dos jovens, fenómeno aliás deveras preocupante e comum aos países em desenvolvimento. Os estudos assinalam que 75 a 80% dos empresários informais e que um sobre três empregados desta esfera são migrantes<sup>(2)</sup>, o que evidencia a influência da migração na reserva total da mão-de-obra do sector, e o papel que lhe é incumbido na absorção deste fluxo migratório.

Alguns estudos<sup>(3)</sup> indicam que 47% dos agentes informais exerciam anteriormente as suas actividades no sector moderno. Por opção ou necessidade, renunciaram aos empregos assalariados para criarem as suas próprias empresas. Esta percentagem revela que o sector constitui uma esfera de promoção social pela passagem de assalariado a empresário e, ao mesmo tempo, serve de refúgio, em momentos de crise, conducentes a despedimentos que implicam forçosamente a adopção por parte dos excluídos da prática de actividades informais.

Com efeito, vários inquéritos e investigações<sup>(4)</sup> apontam a natureza largamente endógena do processo de acumulação de capital no sector informal. Com efeito, cerca de 75% e 25% de indivíduos afirmam utiliza-

---

(1) *Ibid.*, p. 117.

(2) *Ibid.*, p. 117.

(3) *Exemplo: estudos realizados nalgumas cidades de África Ocidental (Bamako, Lomé, Nouakchott, Yaoundé). Ver Semanário, op. cit., p. 2449.*

(4) *Nomeadamente, levados a cabo pelo C.D.E., ver J.P. Lachaud, op. cit..*

rem respectivamente a poupança pessoal e a ajuda familiar para assegurar o início das suas actividades<sup>(1)</sup>.

A poupança individual provém geralmente das suas actividades anteriores fora do sector informal que permitiram a abtenção de um excedente destinado para o investimento.

E como já mencionado, 47% (Lachaud avalia entre 45 a 75%)<sup>(2)</sup> dos empresários informais admitem terem exercido funções agrícolas ou no sector moderno antes de se empenharem nas actividades informais. Assim, destaca-se desta constatação que o sector agrícola e o sector urbano moderno exercem uma função considerável na mobilização de uma poupança necessária para o início das empresas do sector informal.

Os estudos revelam ainda que cerca de 90%<sup>(3)</sup> dos empresários financiam o aumento do seu capital através de mais-valias obtidas das suas unidades de produção. Portanto, daí se infere a contribuição do sector informal quanto à acumulação de capital. Os mecanismos de aumento das reservas de capital são em grande medida endógenos ao próprio sector.

Graças à propensão para a poupança individual conseguida no decurso do exercício das actividades, realiza-se o financiamento dos investimentos suplementares.

Ao nível dos rendimentos, e conforme já referido quanto à contabilização do “*Output*” produzido pelo sector informal, a omissão quantitativa nos quadros clássicos das estatísticas e da contabilidade nacional, aliás uma das características identificadoras do aspecto informal do sector, que veremos mais adiante, torna difícil a elaboração de estimativas precisas da contribuição destas actividades no rendimento nacional. Mas admite-se a sua faculdade geradora de rendimentos que provêm de um emprego que contém, parafraseando A. Sen diferentes aspectos: “*A produção, pois o emprego gera um produto; o rendimento,*

---

(1) *Ibid.*, p. 123

(2) *Ibid.*, p. 124.

(3) *J.P. Lachaud Ibid.*, p. 125.

pois o emprego assegura um rendimento a quem trabalha; a consideração social, mercê do cumprimento do seu dever”<sup>(1)</sup>.

Assim, por exemplo, no mesmo estudo empírico realizado no Bangui já referido, Lachaud verifica uma ordem de grandeza de 45% do P.I.B. como quota produtiva do sector informal urbano na República Centro Africana, o que confere uma visualização representativa de uma realidade geral em África que não se pode subestimar.

A par destas noções da contribuição do sector para as economias nacionais confrontadas com os dados e resultados empíricos fornecidos pelos diferentes autores, evidencia-se o carácter progressivo destas actividades em comparação com um sector moderno em contínuo retrocesso.

A propósito da “performance” de que se reveste o sector informal, e à guisa de apoio aos aspectos contributivos do sector, o resumo de P. Harrison contém uma afirmação bastante elucidativa quando escreve “*Le secteur informel offre les modèles les plus simples et les moins chers pour améliorer l'efficacité de la force de travail... il fournit également des services réels et nécessaires... il constitue le plus grand réservoir de capacité d'adaptation et d'invention qui existe dans les pays en voie de développement*”<sup>(2)</sup>.

G. Nihan e R. Jourdain<sup>(3)</sup>, dando resultado do inquérito que, no quadro da missão do B.I.T., levaram a cabo no sector não estruturado de Nouakchott, afirmam, quanto à contribuição do sector para a formação, emprego, rendimento e outras variantes económicas, que se lhe deve reconhecer: o papel atenuante perante choques inerentes ao processo de desenvolvimento; a função de base para aqueles que o têm como actividade principal, tendo em conta a situação material de largos segmentos da população dos países em desenvolvimento; o facto de os

---

(1) Sen, 1975, citado por J.P. Lachaud, op. cit., p. 125.

(2) P. Harrison, “Inside the Third World”, citado por P. Mettelin, “Les conflits d'interpretation”, in Penouil, M. et Lachaud, J.P. (sous la dir), op.cit., p.92. O sublinhado é meu.

(3) Nihan, G.; Jourdain, R.; “Le Secteur non Structuré de Nouakchott”, Revue Internationale du Travail, vol. 117, n° 6, 1978.

rendimentos deste sector proporcionarem a milhares de pessoas os meios necessários que lhes permitem sobreviver.

Ainda C. de Miras<sup>(1)</sup>, sob um ângulo diferente, apoia os argumentos e opiniões aqui expressas quando identifica, do ponto de vista da procura de bens destas actividades, três categorias de clientela e três funções do sector:

- Permite aos agentes do sector, com os meios gerados na sua própria esfera da produção, a sua manutenção e da família.
- Põe à disposição dos assalariados do sector moderno bens e serviços adaptados aos seus recursos. Isto é, sendo reduzido o nível de custo relativo de bens e serviços do sector informal, o seu impacto implica a redução do nível de salário oferecido aos trabalhadores do sector capitalista. Assim se desenha o esquema da reprodução a baixo custo da força de trabalho do sector moderno, ou, o que é o mesmo, o sector capitalista assegura assim, a menor custo, a reprodução da sua mão-de-obra através dos produtos da esfera informal.
- Contribui para a melhoria do poder de compra das classes médias através dos bens e serviços baratos do sector informal.

Desta forma, perante o universo contributivo específico das actividades informais, existem autores<sup>(2)</sup>, que sustentam que se pode colocar o sector na *“primeira condição para uma evolução sem sobressalto para mais desenvolvimento”*<sup>(3)</sup> pois o sistema de preços e de repartição de rendimentos que lhe é próprio *“corresponde mais a um modo de vida do que a um modo de produção”*<sup>(4)</sup>.

---

(1) Claude de Miras *“Le secteur de subsistence dans les branches de production à Abidjan”*, in Hugon, P. (ed), op.cit., p.365.

(2) Exemplo: Bernard Laval, *“Les relations entre les marchés du travail moderne et informel: Le cas de Yaoundé”* in Penouil, M. et Lachaud, J.P. (sous la dir) op.cit.

(3) Bernard Laval, op. cit., p. 193.

(4) Ibid.



Ainda, assegurando uma função reguladora para o excedente da força de trabalho (absorvendo por um lado, o fluxo de migrantes rurais, e por outro, exercendo um papel de filtro nos salários e na criação de empresas), o sector promove assim uma dinâmica de evolução que lhe possibilita uma integração nas estratégias do processo de desenvolvimento, o que nos leva a tecer algumas considerações sobre esta matéria.

### *1.3 - PAPEL DAS ACTIVIDADES INFORMAIS NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO.*

O desenvolvimento, parafraseando Daniel dos Santos, é um processo social no qual a população procura arranjar melhores condições para manter a sua existência. Perante a dinâmica e a mutação da sociedade, o processo assume contornos e contextos às vezes contraditórios reajustando-se e adaptando-se as novas situações no decurso das quais são criadas as condições sociais e materiais e são distribuídas as riquezas aos indivíduos e aos grupos. Sem o crescimento da produção de bens e serviços, a possibilidade de uma melhor distribuição de rendimentos e de recurso torna-se muito remota<sup>(1)</sup>.

Com efeito através das actividades informais a camada populacional se adapta a nova situação oriunda do encontro de civilizações, evidenciando estratégias próprias e muitas vezes dinâmicas que não relevam das actividades tradicionais ou das actividades modernas.

---

(1) Santos, Daniel dos, *"The second economy in Angola: Esquema and candonga"*. in Los, Maria (ed. by), *"The second economy in Marxist States"*. Mcmillan, 1990, p.166.

Numa perspectiva de desenvolvimento, estas estratégias reflectem uma adaptação a uma sociedade nova<sup>(1)</sup>.

De facto, parece existir convergência de pontos de vista dos investigadores quanto à função das actividades informais nos mecanismos de desenvolvimento por responderem justamente a três dinâmicas corolárias deste processo: dinâmica das necessidades, dinâmica das estruturas e técnicas produtivas e dinâmica dos mercados e da repartição de rendimentos<sup>(2)</sup>.

- A evolução do estilo de vida como consequências da urbanização e a modificação das relações sociais inerente à modernização, implicam novos hábitos, uma diversificação das necessidades e um aumento da quantidade de bens disponíveis.

Perante a incapacidade de resposta manifestada por parte do sector moderno, as actividades informais aprestam-se a satisfazer estes gostos. Daí vê-se que, na realidade, as actividades informais existem em relação com as actividades modernas e com a emergência de novas relações sociais<sup>(3)</sup>.

M. Penouil cita exemplos interessantes de actividade (artesanal) de reparação de relógios, rádios, bicicletas, etc... e observa que o relógio não apresenta utilidade numa sociedade onde o tempo não conta sendo indispensável a partir do momento em que a vida se organiza a volta de tempos específicos: tempo de trabalho, hora do jogo de futebol ou da emissão de televisão. Acontece o mesmo com as actividades informais de produção onde por exemplo o fabrico de sandálias a partir de pneus recu-

---

(1) *Marc Penouil chama a este processo de "desenvolvimento espontâneo" no decurso do qual, explica, se manifesta a tentativa de transformação da sociedade pela imitação dos comportamentos e estruturas dos países desenvolvidos através de "Desenvolvimento Transferido" e a adaptação progressiva das estruturas, crenças, costumes antigos, a um novo modo de vida, isto é, uma transição de um passado cujos numerosos valores são conservados para um futuro que se encontra na fase de construção através de Desenvolvimento Espontâneo. Sobre esta matéria ver Marc Penouil, "Le Développement Spontané. Reflexions sur le processus de transition" in Penouil, M. et Lachaud, J.P. (sous la dir.), op.cit., pp. 1-38.*

(2) *M. Penouil, op. cit., p. 17-18.*

(3) *M. Penouil, op. cit., p. 18.*



perados, tem sentido numa sociedade onde se usa calçados; assim como os serviços de reparação de automóveis como consequência directa da urbanização<sup>(1)</sup>.

A este propósito, o mesmo M. Penouil anota *"às sociedades rurais, gregarias, com actividade ritmada pela natureza, com a produção pouco diversificada, onde o homem vive na natureza e da natureza, onde a relação social é imediata e baseada numa ordem secular, sucede uma sociedade.... onde a vida é ritmada pela campainha de relógio, onde o homem vive do seu trabalho cada vez mais preciso e especializado... A mutação das necessidades representa um dos sinais da mutação da sociedade e as actividades informais são uma resposta pouco eficaz, mas indispensável para assegurar a sobrevivência num mundo novo"*<sup>(2)</sup>.

E, segundo a mesma ordem de ideias, J.P. Lachaud sustenta que a importância das actividades informais de produção e sobretudo de serviços está ligada ao nível de desenvolvimento, no sentido de muitas destas actividades deverem o seu desenvolvimento a dinâmica da sociedade moderna. Isto é, o sector informal é um meio de satisfazer as novas necessidades utilizando ao mesmo tempo os meios da sociedade tradicional e da sociedade moderna<sup>(3)</sup>.

Estas reflexões demonstram em que medida a vertente das novas necessidades implica a participação das actividades informais no processo de desenvolvimento, constituindo-se numa das suas principais componentes.

- A dinâmica produtiva das sociedades modernas envolve necessariamente novas técnicas, mais aperfeiçoada. Como é evidente, com o advento da modernidade, a esfera informal tende a produzir à imagem dos bens importados implicando assim uma adaptação das suas estruturas produtivas. Dados os limitados meios técnicos utilizados (material de recuperação, equipamentos obsoletos, etc...) para atingir os

---

(1) M. Penouil, *op. cit.* pp 18-19.

(2) M. Penouil *op. cit.*, p. 19.

(3) J.P. Lachaud, *"Le secteur informel urbain et les marchés du travail en Afrique au sud du Sahara"*, in Turnham, D.; Salomé, B.; Schwarz, A. (sous la dir.), *"Nouvelles approches du secteur informel"*. Centro de Desenvolvimento da O.C.D.E., p. 135.

seus objectivos a “*criatividade do actor informal serve para compensar a precaridade dos seus meios*”<sup>(1)</sup>.

A noção de trabalho nas unidades informais já reveste nestanova sociedade um carácter também novo, passando a ser uma função da produção, isto é, da procura de produtos. Com a aquisição de uma dimensão económica, distribuindo os rendimentos, alinha-se desta maneira à vertente de desenvolvimento, ao contrário da sociedade tradicional, por exemplo, onde o trabalho é antes de mais um acto social. Então, a contribuição para o desenvolvimento das actividades informais pactua com a especialização sempre crescente do trabalho através da multiplicação de ramos de actividade consoante a diversificação das necessidades.

Esta dimensão económica da unidade informal atribui-lhe uma lógica diferente da de uma empresa familiar da sociedade tradicional. Com os seus produtos orientados para o mercado, os rendimentos gerados não são utilizados apenas para a subsistência da célula familiar. Vimos como uma fracção destes rendimentos pode ser afectada sob a forma de aumento de “*Stock*” de capital. De notar que são os critérios empresariais, essencialmente económicos, a determinar as relações com a clientela e não os laços sociais como na velha sociedade.

- A vertente de desenvolvimento, na qual é notório o empenhamento das actividades informais manifesta-se também na sua adaptação às dinâmicas de mercado e rendimentos. A monetarização da economia, um dos traços característicos do desenvolvimento, é uma consequência da diversificação da produção e da multiplicação das necessidades que, como foi salientado, emana da modernidade. Pela divisão de tarefas, mercê da sua heterogeneidade<sup>(2)</sup>, o sector informal corresponde à implementação desta dinâmica. “*A divisão de trabalho implica a troca monetária a partir do momento em que ultrapassa um certo limiar*”<sup>(3)</sup>. Assim, sob a óptica de desenvolvimento, as actividades informais “*contribuem para a distribuição dos rendimentos monetários,*

---

(1) Marc Penouil, *op. cit.*, p. 20.

(2) Cfr. quadro nº 3 deste trabalho: “*Tipologia*” de pequenas actividades mercantis.

(3) Marc Penouil, *op. cit.*, p. 23.

*participando na monetarização da economia, e, daí, na especialização de actividades*"<sup>(1)</sup>.

Das observações elaboradas apreende-se o modo de inserção do sector informal no conjunto do sistema económico uma vez que se especifica a sua contribuição na produção e distribuição de bens e serviços, na repartição e utilização dos rendimentos.

Tendo sido provado que as actividades informais se contam entre os componentes do sistema económico, a literatura apresenta uma série de hipóteses e análises quanto à natureza das suas relações com o sector formal/moderno.

Neste domínio, as opiniões divergem. A análise destas diversas aproximações não será objecto de estudo neste trabalho. A sua referência resumida serve de exemplo para a necessidade de compreensão do papel destas relações na formulação de políticas para a promoção do sector informal com vista à uma estratégia global de desenvolvimento.

Grosso modo, para alguns autores, o sector informal é um segmento autónomo da economia, que produz principalmente para consumo próprio. Para outros, no conjunto da economia existem ligações entre os dois sectores, mas o informal mantém uma relação de dependência ou mesmo de subordinação face ao formal<sup>(2)</sup>.

Uma outra visão integra o sector informal no conjunto do sistema económico através de relações de complementaridade. A literatura, neste último caso especifica três tipos de relações entre os sectores, que actuam como mecanismos de transmissão do crescimento<sup>(3)</sup>:

---

(1) *Ibid*

(2) - Ver Pierre Mettelin, "*Les conflits d'interprétation*" in Penouil, M. et Lachaud, J.P. (*sous la dir*), *op.cit.*, pp. 72-86  
- Ver também H.C.F. Mansilla, "*The informal economy and the perpetuation of underdevelopment. The case of Bolivia*".

(3) - Ver Trager, Lillian, *op.cit.*, p. 244  
- Idem ILO/JASPA, "*The informal sector in Africa*" in "*The Challenge of Employment and Basic Needs in Africa*".

## QUADRO Nº 3

### Tipologia das Actividades Informais.

#### Ramos e Profissões

##### 1. Prestação de Serviços

- 1.1. Serviços Pessoais  
(Guarda, Doméstico, Barbeiro, Fotógrafo, etc...)
- 1.2. Serviços de Reparação e Manutenção  
(Sapateiro, automóveis, reparação de relógios, etc...)

##### 2. Pequena Produção Mercantil

- 2.1. Pequena Indústria Alimentar  
(Padeiro, fabricação de bebidas, etc...)
- 2.2. Vestuário, Textéis  
(Alfaiate, sapateiro, etc...)
- 2.3. Transformação de Madeira  
(Carpinteiro, marceneiro, etc...)
- 2.4. Tratamento de Papel
- 2.5. Tratamento Químico  
(Fábrica de sabão, produtos medicamentosos tradicionais)
- 2.6. Tratamento de Produtos Minerais não Metálicos  
(Cestaria, olaria, cerâmica)
- 2.7. Obras de Metal.  
(Brinquedos, materiais de construção metálica, móveis metálicos, etc...)
- 2.8. Produtos de Arte  
(Joalharia, instrumentos de música)
- 2.9. Construção, Obras Públicas  
(Pedreiro, pintor, vidreiro, etc...)

##### 3. Actividades de Comércio

(Venda ambulante, pequenos e médios comerciantes, bares, restaurantes, etc...)

##### 4. Actividades de Transporte

(Transporte ou viagem por carroça, jangada, canoa, etc...)

*Fonte: Adaptado do quadro de tipologia proposta por P. Hugon (1980).*

- Ao comprar do sector informal, o sector moderno incentiva a procura de produtos do outro sector, estabelecendo-se assim um "*Forward Linkages*" que consiste no uso, por parte do sector formal, dos produtos do sector informal como "*Inputs*" e como bens de consumo. Admite-se no entanto que não existem relações acentuadas deste tipo (mais de 70% das empresas informais não mantêm este género de ligação)<sup>(1)</sup>.

- Inversamente, quando o sector informal compra do sector formal matérias primas, equipamentos, etc..., transfere por sua vez riqueza àquele sector, instituindo assim um "*Backward Linkages*" (do ponto de vista do sector informal).

- As "*Techonological Linkages*" seriam determinadas pela transferência de tecnologia e de conhecimento/formação entre os dois sectores. As modalidades de trabalho que se operam de um sector para outro, por uma razão ou outra, (procura de emprego estável no sector moderno ou o gosto/a vontade de ser independente integrando uma empresa informal ou criando a sua própria empresa), permite a transmissão recíproca de "*Know-How*", aumentando assim o nível de conhecimento sobretudo no sector informal. Este processo ajuda a preencher o "*vazio tecnológico entre os dois sectores*", contribuindo assim para um desenvolvimento harmonioso da economia. De notar que a transferência de tecnologia própria envolve a mudança do modo de produção para técnicas de forte intensidade capitalística, geralmente fora do alcance do sector informal (exemplo da falta de capital).

A participação e contribuição das actividades informais na dinâmica social, suas relações sob diferentes formas com os elementos do resto da economia (de subordinação ou de complementaridade) consubstanciada com as vantagens diversas do sector mencionadas neste trabalho (particularmente no fornecimento do emprego) atribui-lhe no contexto económico essencial dos países de África, um papel importante no processo geral do desenvolvimento.

Assim a sua incorporação nas considerações e estratégias nacionais e até internacionais de desenvolvimento assume uma importância vital. Mas a concretização deste objectivo sujeita-se aos obstáculos de vária natureza a seguir apresentados, que limitam a sua integração no plano global de desenvolvimento. A sua remoção permitirá um êxito harmonioso benéfico para o conjunto da economia.

---

(1) ILO/JASPA, *op. cit.*, p. 254.

## *1.4 - CONSTRANGIMENTOS LIMITATIVOS DA EXPANSÃO DO SECTOR.*

Foram referidas até aqui nesta exposição as funções positivas exercidas pelo sector informal e o seu carácter dinâmico subjacentes a proporção de emprego, ao fornecimento de bens e serviços básicos a um custo baixo dada a facilidade de entrada de novas empresas. As oportunidades de emprego no "*Terceiro Mundo*" realizam-se basicamente encontrando ou/e criando oportunidades de rendimentos em actividades informais, dada a insuficiente capacidade de o sector económico moderno fornecer emprego a uma força de trabalho em rápida e contínua expansão.

Mas como já anunciámos, este dinamismo teórico enfrenta vários entraves de ordem externa e interna ao sector, que limitam a plena realização do potencial económico do sector:

### *1.4.1 - FACTORES EXTERNOS.*

Do ponto de vista dos factores externos, apontam-se sobretudo os problemas ligados com o financiamento das empresas informais. Num estudo realizado pelo B.I.T. nalgumas cidades africanas, conforme o quadro nº 4 em anexo, ressalta-se claramente que em média, mais de 45% dos agentes entrevistados se queixam da falta de fundos para a expansão das suas actividades.

Os vários tipos de restrições e condições impostas pelos Bancos e instituições governamentais apresentam-se como obstáculo para o acesso ao capital. Regra geral, os Bancos concedem preferência para a obtenção de crédito aos agentes do sector formal.

O quadro nº 4 indica também que, com uma média de 28%, as questões ligadas com o acesso ao mercado formam o segundo dos problemas vividos pelo sector informal. Reconhece-se a necessidade de respeito pela segurança, pela higiene dos produtos e por outros requisitos para venda no mercado, mas admite-se também, por outro lado, que estas exigências constituem barreiras que prejudicam o sector informal, contribuindo assim para a sua estagnação.



QUADRO Nº 4.

PROBLEMAS LEVANTADOS PELOS EMPRESÁRIOS (EM PERCENTAGEM).

	Bamako	Nouakchott	Lome	Yaoundé	Kigali	Djibuti	Media(*)
Financial Problem(a)	34,6	45,0	21,9	48,6	66,8	57,3	45,7
No Steady markets	36,3	25,4	51,5	23,9	20,8	11,3	28,2
Others Problems	29,1	29,6	26,6	27,5	12,4	31,4	26,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

(a) Includes: Lack of funds, cost of equipment, cost of raw materials.

(\*) Acrescentado por mim. (Divisão do somatório de cada item pelo número das cidades. Neste caso são 6).

FONTE: ILO/JASPA, "The challenge of employment and basic needs in Africa". Table 11, p. 257.

O inquérito mostra que outras situações evocadas pelos actores informais se prendem, por exemplo, com o local para o exercício das suas actividades ou para a venda dos seus produtos. Muitas vezes instalam-se nos locais não ou semi-sedentários ao longo das ruas, à beira das estradas, e mesmo ambulantes, sujeitando-se assim a repressão por parte das autoridades locais. A insegurança dos locais de estabelecimento assim faz parte dos constrangimentos ao crescimento das actividades do sector.

A literatura refere-se também a outros efeitos discriminatórios contra o sector informal na medida em que, regra geral, a política macro económica privilegia subvenções para as grandes empresas por meio de diferentes práticas, entre outras, restrições quantitativas às importações, estruturas pautais irracionais, taxas de câmbio sobreavaliadas(...) e sistemas administrativos de atribuição de crédito<sup>(1)</sup>.

De facto, as restrições institucionais, os arrestos, a hostilidade de alguns políticos que ainda vêem ou persistem em sector informal como actividades de subsistência, e o facto de, contrariamente ao sector moderno, o sector informal não beneficiar de nenhum apoio sob forma de crédito ou de fornecimento de factores de produção sob condições favoráveis, limitam consideravelmente o campo de acção do sector.

(1) Lubell, H. *op.cit.*, p. 16

Esta constatação levou o autor Victor Tokman a afirmar que os trabalhadores informais são, nos países em desenvolvimento, “*autênticos chefes de empresa capitalista*”, por demonstrarem as suas capacidades para gerir empresas comerciais em condições extremamente desfavoráveis. As suas capacidades de expansão são limitadas pela intervenção do estado, uma intervenção que reveste essencialmente a forma de um “*regulamento abusivo*” e de um proteccionismo que consiste em privilegiar, no mercado, os produtos do sector formal<sup>(1)</sup>.

#### 1.4.2 - FACTORES INTERNOS.

Quanto aos factores internos, atribui-se ao sector informal a incapacidade intrínseca de explorar em pleno as possibilidades económicas oferecidas pelo processo de desenvolvimento dadas as limitações do seu campo de acção, e nomeadamente, como nota Sethuraman, gestão defeituosa, incompetência técnica, falta de interesse por procedimentos mais modernos, falta de pesquisa de mercados, etc...<sup>(2)</sup>.

Também Lachaud, num estudo sobre as actividades urbanas na África subsaariana<sup>(3)</sup> observa dois níveis de constrangimentos internos que contrariam as “performances” do sector informal: a formação do capital humano e a estrutura e flutuações da procura.

Com efeito, os referidos estudos revelam que apenas 15 a 20% de indivíduos se formam no sector moderno, obtendo uma grande maioria a sua aprendizagem dentro do sector informal.

E, apesar das investigações empíricas sugerirem não existir uma correlação precisa entre a rentabilidade da empresa (informal) e o tipo de

---

(1) Victor E. Tokman, “*Le secteur informel en Amérique Latine: Quinze ans après*”. in Turnhan, D.; Salomé, B.; Schwarz, A. (sous la dir.), *op.cit.*, pp. 126-127.

(2) Sethuraman, S.V. “*Le secteur urbain non structuré: concept, mesure et action*”. *Revue Internationale du Travail*, vol. 114, n° 1, Julho-Agosto 1976, p. 91.

(3) J.P. Lachaud, “*Les activités informelles urbaines en Afrique Subsaharienne*” in Penouil, M. et Lachaud, J.P. (sous la dir.), *op.cit.*, pp. 104-147.

formação, isto é, a origem diferente das formações profissionais não constituir factor determinante do crescimento da produtividade<sup>(1)</sup>, admite-se no entanto que a existência de um diferencial na educação formal tenha uma influência decisiva nos resultados, pois *“não é o processo da formação de capital humano que está em causa, mas sim a sua natureza”*<sup>(2)</sup>. Isto quer dizer, embora o processo de aprendizagem informal permita a inserção rápida na vida profissional, a formação adquirida no sector moderno é manifestamente superior por abarcar a compreensão dos mecanismos e da natureza de materiais utilizados.

Como referido anteriormente, 75 a 80% dos actores informais adquirem a sua formação fora do sistema clássico formal. E, assevera-se que nos países em desenvolvimento, a natureza *“per se”* do processo de aprendizagem não se encontra à altura de assegurar aos indivíduos uma formação global que abranja diversos aspectos técnicos e de gestão garantidos por uma formação moderna. Nestas condições, compreende-se então a ausência, a falta de técnicas de gestão, a incompetência evocada por Sethuraman no funcionamento das unidades informais, impedindo, desta forma, o seu crescimento.

Mais, sustenta-se que o fraco nível da formação de capital humano, limita o campo de conhecimentos e deixa parecer que um *“nível de capital humano associado com um nível dado de capital técnico possa ser de uma ordem tal que limita a percepção das combinações possíveis de factores”*<sup>(3)</sup>. Isto é, é verdade que para além de um certo limiar de acumulação de capital técnico, a eficácia dos processos de produção necessita de um melhor conhecimento das combinações de factores e das oportunidades de mercado. Daí a constatação de que, para além de um certo limiar de rendimento, uma proporção relativamente importante deste não seja reinvestida, mas sim consagrada ao consumo.

---

(1) *Estudos sobre o Bangui (República Centro Africana) mostram que para uma escolarização idêntica, a diferença de rendimentos entre as duas categorias é apenas de 6,9% a favor dos empresários com uma formação oriunda do sistema moderno. Lachaud, op. cit., p. 138.*

(2) *J.P. Lachaud, op. cit., p. 140.*

(3) *J.P. Lachaud, op. cit., p. 141.*

Importa ressaltar que esta observação não contradiz a hipótese avançada anteriormente quanto à capacidade do sector informal em gerar mais-valias para investimento<sup>(1)</sup>. Como sublinha Lachaud, a ideia de “sobre capitalização” só tem sentido em relação à importância de outros factores de produção. “*O crescimento das unidades de produção tem a ver principalmente com os argumentos essenciais da função da produção, sem se preocupar entretanto com o seu modo de utilização e de organização destas unidades*”<sup>(2)</sup>.

Quanto à estrutura da procura, a mesma investigação indica que 70 a 80% da procura provém dos actores do próprio sector<sup>(3)</sup>. Sabendo que o grosso da população deste sector é de fraco rendimento, este facto contribui muito para o bloqueio do sector. Daí constata Lachaud, que a quota-parte do mercado informal decresce em proveito do sector moderno quando a empresa se torna mais capitalista<sup>(4)</sup>.

As flutuações da procura condicionam também os resultados económicos do sector informal. Os estudos de Lachaud indicam que no sector informal não comercial, a diferença entre o rendimento máximo obtido num certo período e a média ponderada dos rendimentos médios e mínimos de outros períodos situa-se entre 50 a 60%, traduzindo o grau de flutuação da procura<sup>(5)</sup>. A variação da procura constitui uma característica permanente das actividades informais dado entre outros aspectos, a existência de factores institucionais e periódicos que impõem um ritmo irregular na captação/obtenção de rendimentos. E a existência de uma procura irregular implica naturalmente, uma sub-utilização de capital durante certos períodos<sup>(6)</sup>.

Convém salientarmos uma visão digna de realce avançada por Anthony Leiman que constata a existência de uma característica adicional

---

(1) Ver ponto 1.2 deste trabalho.

(2) J.P. Lachaud, *Ibid.*

(3) J.P. Lachaud, *op. cit.*, p. 142.

(4) *Ibid.*, p. 143.

(5) *Ibid.*

(6) *Ibid.*, p. 144.

geralmente ignorada pela literatura sobre a informalidade, mas evidente no Zimbabwe (e não só) que reflete a incapacidade do empresário informal em considerar a sua empresa como uma entidade independente, isto é, dissociar os assuntos pessoais dos assuntos da empresa<sup>(1)</sup>. Leiman exemplifica o caso com as dificuldades financeiras encontradas pelas empresas informais devido ao facto do empresário comprar a pronto as matérias primas ou outros bens, e de vender muitas vezes os produtos a crédito a mais de 60 dias aos familiares ou parentes. De facto, procedendo assim, ficam na situação de “pedir emprestado caro e emprestar barato”. *“They were borrowing short and lending long”*<sup>(2)</sup>. Concretamente, com este procedimento, aumenta-se os custos em detrimento dos proveitos, prática prejudicial ao bom andamento da empresa.

Mais ainda, outra das características observadas refere-se à longevidade limitada das unidades informais. Os estudos revelam que existe uma junção estreita, uma confluência entre o empresário e a firma, que levam a que a saída do primeiro, pela morte ou abandono, conduza ao desaparecimento da empresa. Geralmente as empresas informais têm uma duração muito limitada variando entre três a cinco anos, o que constitui evidentemente um entrave no âmbito do crescimento global da economia.

Por fim, acrescentemos a dureza do trabalho a que os agentes informais estão expostos, as condições hostis em que trabalham, a ausência de seguro de emprego, elementos estes agravados por dificuldades técnicas, pela qualidade da mão-de-obra, pela fraca qualidade de produtos, e ainda pelas dificuldades económicas impostas por um modo de gestão rudimentar. Este conjunto de factores são entraves à expansão do sector, limitando assim uma melhor integração no processo de desenvolvimento.

Mas apesar de tudo, perante este ambiente sombrio, o sector informal tem demonstrado capacidade de resistência e dinamismo. As políticas e programas de apoio às iniciativas empreendedoras do sector constituem matéria do capítulo seguinte.

---

(1) Leiman, A.; *op. cit.* p. 120.

(2) Leiman, A.; *op. cit.* p. 131.

## 1.5 - CONSIDERAÇÕES SOBRE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE ACÇÃO PARA O SECTOR INFORMAL.

Reconhecida a função económica e social do sector informal na absorção dos migrantes, na criação de emprego, na circulação de fluxos financeiros<sup>(1)</sup>, diagnosticados os factores tendentes a limitar o seu dinamismo, abre-se então a análise das acções para a remoção dos obstáculos ao seu desenvolvimento.

Existem programas nacionais e internacionais<sup>(2)</sup> de apoio ao sector. Neste domínio, denota-se um certo grau de hesitação quanto à escolha de medidas, manifestada sobretudo na definição do grupo alvo. A heterogeneidade das economias urbanas africanas aparece na base das dificuldades na formulação de linhas coerentes para as políticas de desenvolvimento do sector.

As concepções actuais das teorias e planos de acção dos governos e organismos internacionais concentram-se nos segmentos “*mais organizados*”<sup>(3)</sup> do sector, cujos produtos tendem a aproximar-se aos do sector moderno (micro empresas de manufacturas e/ou de serviços). No entanto, anota-se no terreno que este ramo apenas representa  $\frac{1}{3}$  do empre

---

(1) *A prática de crédito e poupança informais é largamente espalhada em África e movimenta grande quantidade de dinheiro fora dos sistemas institucionais. O caso mais conhecido é o das “tontinas”.*

(2) *O mais conhecido é o programa para o emprego e aquisição de competências técnicas para África (PECTA), em acção principalmente na África ocidental, no âmbito do Bureau Internacional do Trabalho (B.I.T.). Também existem apoios por parte da agencia dos USA para o desenvolvimento internacional (USAID).*

(3) *A heterogeneidade das actividades informais levou muitos autores a subdividir o sector em diferentes categorias: “Sector informal de acesso fácil e sector informal superior” (G.Fields); “Sector Tradicional, sector semi-tradicional e sector informal moderno” (A. Aboagaye); “sector de subsistência e sector de transição” (C. Miras, J. Charmes); “sector involutivo e sector evolutivo ou de transição” (J.P. Lachaud); “sector residual e sector intermediário” (W. Steel).*

go informal global<sup>(1)</sup>, que é pouco significativo em matéria de criação de postos de trabalho e por consequência, na absorção da população activa em permanente crescimento.

Muitas vezes também o sector é confundido com as camadas pobres das cidades. Melhorar as condições dos pobres implica, segundo esta visão, a resolução da informalidade. Mas a realidade hoje leva a afirmar que os estudos sobre a pobreza devem ser distinguidos dos estudos sobre o sector informal. Se, como explica J. Charmes, as actividades dos mais pobres representam uma parte importante do sector informal, muitos trabalhos recentes mostram que esta categoria não representa o essencial do sector informal<sup>(2)</sup>

Antes de mais é importante instaurar um ambiente seguro para o exercício de actividades, pela redução das incertezas e outros riscos a que os activos do sector estão expostos. A paragem dos arrestos e demolições dos locais de exercício de actividades por parte das autoridades, excepto por motivos imperativos dos programas de desenvolvimento habitacional ou da planificação urbana, contribui para a tomada de mais iniciativas positivas. Claro que a questão da sanidade está na base, muitas vezes, de comportamentos hostis ao sector por parte de governos, por estas actividades se exercerem nas cidades. Enveredar por inspecções sanitárias/higiénicas e pela concessão de autorizações em vez de procedimentos administrativos pesados, e por uma bateria de licenças inúteis, permite agilizar o exercício das funções de um sector que provou as suas potencialidades.

Segundo Victor Tokman *"havia pouca coisa a fazer para alguns segmentos do sector mais do que saturados por exemplo o da venda nas ruas porque, mesmo se algumas medidas transitórias modificassem temporariamente a situação, o fenómeno iria reproduzir-se tarde ou cedo por causa do excedente estrutural permanente de mão-de-obra que só se reduziria com a criação de empregos produtivos em número suficiente"*, De Soto argumenta *"geralmente, um acesso mais fácil a um estatuto de em-*

---

(1) Charmes, J. *"Le secteur informel, nouvel enjeu des politiques de développement?"* in revista *"l'Homme et la société"* n° 105-106, Julho-Dezembro 1992, p. 68.

(2) J. Charmes, *"Une revue critique des concepts, définitions et recherches sur le secteur informel"* in Turnham, D.; Salome, B.; Schwarz, A.; *op.cit.*, p. 17.

*presa legal originaria a expansão global das actividades económicas, e ao mesmo tempo, o crescimento económico desenvolveria a capacidade de absorção económica urbana de uma população activa crescente nas outras actividades a par da venda nas ruas e dos serviços de transportes informais”<sup>(1)</sup>.*

O mesmo De Soto propõe três variantes com vista à promoção do sector<sup>(2)</sup>: A simplificação, a descentralização e a liberalização da vida económica.

Por simplificação entende-se a identificação e a supressão das leis cuja aplicação aumenta os custos de acesso e de permanência na actividade informal. A descentralização supõe a transferência das responsabilidades legislativas e administrativas do governo central para governos locais e regionais ou outras instâncias provavelmente mais próximas da realidade do terreno do que o governo central. A liberalização supõe o aumento de responsabilidade e oportunidades dos indivíduos, retirando da mão do estado o *“poder de decidir quem deve produzir, quais os bens e serviços autorizados, como serão produzidos, a que preços e em que quantidades”*<sup>(3)</sup>.

Sethuraman<sup>(4)</sup> desenvolve várias linhas de orientação para uma política de apoio ao sector, insistindo sobre a importância de facilitar o acesso do sector aos factores de produção e aos mercados: acesso ao crédito, factor constrangedor de maior importância apontado pelos agentes informais conforme referimos anteriormente; acesso a uma infraestrutura adequada e a locais apropriados nos mercados(*praças*); acesso a melhor tecnologia (*especialmente no ramo da fabricação*); acesso a matérias primas; acesso aos mercados públicos.

Outras orientações prevêm a *“reorientação das facilidades da educação formal e informal”* com vista a melhorar e completar os sistemas tradicionais de aprendizagem, a *“mudança de procedimentos de*

---

(1) Citado por Lubell, H.; *op.cit.*, p. 80.

(2) Lubell, H.; *op. cit.*, p. 80.

(3) *Ibid.*

(4) Trabalhos realizados por Sethuraman por conta do B.I.T. sobre o sector informal. Citado por Lubell, H.; *op. cit.* p. 76.



*empréstimo bancário*” no sentido de ter em conta as “*necessidades e a capacidade de abarcar os participantes do sector informal*”, a atribuição de “*mercados na planificação física urbana*” e o incentivo à “*auto-construção dos locais comerciais*” através de fornecimentos de “*materiais baratos e de acessoria*”.

Prevê ainda Sethuraman incentivos para a transferência de tecnologia e o desenvolvimento de tecnologias apropriadas, a intervenção no mercado de matérias primas tradicionais (cobre, madeira, metais) para superar carências e a “*formação para o emprego de materiais de substituição (materiais de plástico)*”(…)<sup>(1)</sup>.

Paulo Souza e Victor Tokman<sup>(2)</sup> sugerem a “*criação de um estabelecimento de crédito dotado de recursos necessários e servindo exclusivamente este sector*” e o estabelecimento de “*institutos científicos e técnicos*” afim de “*criar, adaptar e vulgarizar*” as técnicas que respondem às necessidades do sector.

Segundo a mesma lógica de apoio ao sector, muito recentemente, no relatório final de um “workshop” realizado em Luanda<sup>(3)</sup> sobre a pobreza e crise social em Angola, no seu ponto ligado ao quadro de esquema de estratégias para o fomento da produção e criação de emprego, uma grande ênfase foi dada à necessidade de criação de mecanismos de apoio ao sector informal capacitado para o preenchimento do vazio deixado pelo sector informal. O seu desenvolvimento, julga-se, permitirá o fortalecimento da pequena actividade empresarial, do pequeno negócio e do reforço de actividades intermédias, susceptíveis da criação de emprego e fomento da produção.

Numa afirmação de que o incremento de todas as formas de apoio à esse sector promovendo sobretudo a pequena actividade económica, principalmente na área dos serviços que foi sistematicamente relegada e

---

(1) *Ibid.*

(2) Souza, Paulo R.; Tokman, Victor E.; “*Le Secteur non Structuré en Amérique Latine*”, *Revue Internationale du Travail*, vol. 114, n° 3, Novembro-Dezembro 1976, p. 402.

(3) “*Pobreza e crise social em Angola*”: relatório final. “*Workshop*” realizado em Luanda sob a iniciativa da Organização não-Governamental - ADRA (Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente), - do Banco Mundial e da Secretaria de Estado do Planeamento. 18 a 20 de Novembro, 1993.

abandonada em proveito dos mais diversos expedientes de “candonga”<sup>(1)</sup>, subentende-se claramente a condenação a quem de direito (os órgãos governamentais) no sentido de, no lugar de aproveitar e desenvolver o dinamismo subjacente à este sector que iria beneficiar mesmo que de forma indirecta o próprio estado e a sociedade, empenharam-se ao menosprezo e ao combate à estas actividades, indignificando e desencorajando os seus actores rotulados pejorativamente de “candongueiros”.

E o relatório continua, “a definição dessas formas de apoio - viesse ele das instituições governamentais ou não - teria sempre de levar em devida conta as características próprias e as necessidades deste sector, de modo a poder «enquadrá-lo» e «orientá-lo». Esse apoio para além de medidas de fomento simples, como a existência de crédito para este tipo de actividades poderia exprimir-se na contribuição para a melhoria das condições de trabalho e ambiente envolvente, em programas de formação, no apoio à gestão, ou na ajuda à coordenação e gestão de redes de «empresas» e de actividades afins (facilitar por exemplo, o estabelecimento de laços entre sapateiros e tratadores de cortumes, comerciantes e produtores, etc...). Este tipo de atitude permitiria melhorar o desempenho deste sector - e logo, os seus resultados, - desenvolver a capacidade da iniciativa da população e assim a possibilidade de criação de emprego próprio - e levaria a prazo, à criação de novos postos de trabalho”<sup>(2)</sup>.

O relatório chama a atenção do estado no sentido de não criar barreiras burocráticas ou outras na implementação destas medidas de apoio para não dificultar o seu desenvolvimento e expansão. “O estado deve limitar-se a um papel de conhecimento, supervisão e de mobilização de recursos, procurando não interferir negativamente no livre desenvolvimento desse sector nem na sua capacidade criativa”<sup>(3)</sup>.

Muitos trabalhos sobre a questão da informalidade militam a favor da promoção do sector. Os mesmos Souza e Tokman já citados avançam

---

(1) *Calão kimbundu (uma das línguas próprias do país) que significa negócio pouco lícito.*

(2) *“Pobreza e crise social em Angola”. Op.cit., p. 16.*

(3) *Ibid..*

três razões principais que justificam aliás que o sector seja analisado como uma unidade distinta no seio da economia urbana:

- O sector é importante para o emprego por ocupar uma percentagem considerável de mão-de-obra urbana.
- Pelas características das actividades do sector e das pessoas nele ocupadas, fazem com que se concentre aí uma forte proporção das camadas da população mais atingidas pela pobreza.
- A mão-de-obra envolvida neste sector fica fora do alcance das políticas normais de rendimentos e de prevenção<sup>(1)</sup>.

Michael Todaro<sup>(2)</sup> identifica os seguintes aspectos que justificam a tomada de posição a favor do sector informal:

- O sector gera mais-valias/rendimentos mesmo sob ambientes económicos adversos incluindo crises e recessão económica.
- Como resultado da sua fraca intensidade capitalística, só é necessário uma fracção de capital para admitir um trabalhador no sector, poupando assim consideráveis recursos para os referidos países que já por si são escassos. Isto é, por outras palavras, com o mesmo nível de capital, criam-se mais postos de trabalho no sector informal do que no sector moderno
- O sector informal cumpre um papel importante na formação de capital humano fornecendo instrução e aprendizagem a um custo relativamente baixo em relação ao ensino dispensado pelas instituições formais.
- O sector informal cria/estimula a procura para os trabalhadores semi-especializados e/ou não especializados sempre em crescimento, que não se vêm absorvidos pelo sector moderno que cada vez necessita mais da força de trabalho especializada.

---

(1) Souza, Paulo R.; Tokman, Victor E.; *op.cit.*, p.402.

(2) Todaro, Michael P. "Urbanization and Rural-Urban Migration theory and policy", in *Economic Development*, 5<sup>th</sup> Edition, pp. 225-256.

- O sector informal é mais propenso à utilização de tecnologias apropriadas e aproveita os recursos locais, permitindo assim uma afectação mais eficiente de recursos.
- O sector informal exerce um papel importante na reciclagem de desperdícios reutilizando materiais e outros equipamentos obsoletos para o fabrico de diferentes bens.
- A promoção do sector informal assegura uma maior distribuição de riqueza em benefício dos pobres, muitos dos quais aí se concentram.

Mas o tom marcadamente optimista expresso até aqui não está isento de aspectos desvantajosos. Por exemplo, a estreita relação existente entre o fenómeno migratório rural-urbano e a absorção da força de trabalho no sector informal constitui a maior desvantagem na promoção do sector, pois promovendo oportunidades de empregos e consequentemente de rendimentos, atrai novos migrantes, causa principal da existência das actividades informais como veremos mais adiante, aumentando assim o número de pessoas na cidade que nem o sector informal nem o moderno serão depois capazes de absorver, tendo como consequência óbvia o alargamento do desemprego e a proliferação desmedida de pequenas actividades ilícitas<sup>(1)</sup>, com graves consequências ambientais e de outro tipo nas áreas urbanas.

Para além de V. Tokman<sup>(2)</sup> alertar os poderes públicos para não limitarem as suas intervenções ao sector informal, sabendo que os elementos mais determinantes se situam no resto da economia, J. Charmes interroga-se no que chamou de "*paradoxo nas políticas de promoção do sector*" sobre o sentido da intervenção num domínio que já

---

(1) *Por actividades informais ilícitas e lícitas, embora as duas comportem as mesmas características de não registo e de geração de rendimentos, as primeiras relevam de práticas desonestas envolvendo diferentes crimes por exemplo de roubo, assalto, venda de droga, prostituição e outros tipos de marginalidade, enquanto as segundas referem-se a práticas honestas com a preocupação principal de sobreviver, de ganhar a vida trabalhando.*

(2) Victor E. Tokman, "*Le Secteur Informel en Amérique Latine: Quinze ans après*" in Turnham., D.; Salomé, B.; Schwarz, A. (sous la dir), op.cit., p. 127.

comprovou o seu dinamismo<sup>(1)</sup>. Três consequências podem advir desta intenção:

- Risco de provocar efeitos perversos promovendo o que já é dinâmico.
- Risco de desaparecimento das próprias características do fenómeno que chamou a atenção do estado para a mudança de atitudes (dinamismo, resistência à crises).
- Risco de alterar/pertubar o equilíbrio do sector na tentativa de utilização do seu dinamismo espontâneo para resolver os problemas do sector formal.

Especifica-se aqui como se vê, a necessidade de orientar os programas de assistência no sentido de os manter a níveis razoáveis de custos, de maneira a não travar a dinâmica específica do sector. Será também de evitar a implantação de estruturas que podem aparecer junto dos agentes informais como pesadas por ultrapassarem as suas capacidades de assimilação por força das suas formações, aspectos estes salientados como constituindo um dos elementos internos limitativos da expansão do sector. A efectivação de medidas deste tipo corre o risco de ter como resposta a indiferença ou até mesmo a recusa, o que constituiria perda de recursos úteis para outros fins.

Depois de termos enquadrado e situado o lugar do sector informal pela sua dimensão, suas contribuições e seu papel no processo de desenvolvimento dos países de África, aspectos que nos permitiram percebermos a importância que representa este sector nas economias des-

---

(1) - Charmes, J. "Le secteur informal, nouvel enjeu des politiques de développement" in revista "L'homme et la société" nº 105-106 Julho-Dezembro 1992, p. 68.

- Também o programa de apoio ao emprego e formação para África do B.I.T. (JASPA/ILO) no seu trabalho "o sector informal em África", salientou esta natureza paradoxal do sector informal relativamente às políticas da sua promoção: "The amorphous nature of the informal sector thus contributes to its neglect, as does its paradoxical situation: the informal sector is efficient because it is informal, but because its informality, it cannot be integrated in development plans. The way out would be to formalize the informal sector, but this would negate its essence". *The Informal Sector in Africa [Jobs and Skills Programme for Africa (JASPA)] in "the Challenge of Employment and Basic Needs in Africa"*, p. 256.

tes países, e depois de termos visto que apesar de factores marcadamente positivos que o sector exhibe, existem elementos a carácter limitante para a expansão do mesmo, e depois de tecer algumas considerações sobre as acções públicas com vista a apoiar um sector que demonstrou o seu dinamismo, interessa agora representarmos a essência deste fenómeno tão relevante nas economias subdesenvolvidas. Isto é, assevera-se oportuno evidenciar as causas do seu aparecimento e persistência nas referidas economias, e especificar a origem do conceito “sector informal” e sua definição, objecto do segundo capítulo a seguir.



## 2. CAUSAS, GÊNESE E DEFINIÇÃO DO CONCEITO DO SECTOR INFORMAL.

### 2.1 - REFLEXÃO SOBRE AS CAUSAS DA EXISTÊNCIA DO SECTOR INFORMAL.

A aproximação dualista, formulada nos anos cinquenta e sessenta por diferentes estudiosos<sup>(1)</sup> dominava as teorias para explicar naquela época a natureza dissemelhante observada nas economias em desenvolvimento.

As formas da “*Economia Dual*” eram referidas às várias assimetrias que se manifestavam na estrutura económica dos países em desenvolvimento, o que levou à sua subdivisão em “tradicional” e “moderno”, “rural” e “capitalista”. Isto é, reconhecendo o carácter dualista das economias destes países, admite-se que neles existem dois sistemas de produção, derivando um das formas de produção capitalista e outro das formas de produção tradicional. Sethuraman<sup>(2)</sup> fala de outros autores que descreveram os dois sistemas como «*une économie axée sur l'entreprise*» e «*une économie du type bazar*»<sup>(3)</sup>; «*circuit supérieur*» e «*circuit inférieur*»<sup>(4)</sup>.

Mas esta visão das coisas parece pouco realista, pois subentende claramente a existência de dois conjuntos, um manifestamente superior e outro inferior, coexistindo paralelamente no mesmo espaço, sem sinais de convergência, mesmo a longo prazo<sup>(5)</sup>, o que aliás justifica a concepção segundo a qual, conforme vimos na parte introdutória, a solução para

---

(1) *Sobre a teoria da Economia Dual, citam-se, entre outros, Lewis (1954); Frei e Ranis (1964); Harris e Todaro (1970).*

(2) *Sethuraman, S. V.; “Le secteur urbain non structuré: concept, mesure et action”. Revue Internationale du Travail, vol. 114, n° 1, Julho-Agosto 1976.*

(3) *T.G. Mcger, citado pelo Sethuraman, S.V., op. cit..*

(4) *Milton Santos, ibid.*

(5) *Georges Nihan, “Le Secteur non Structuré. Signification, aire d’extension du concept et application expérimentale”. in Hugon, P. (ed), op.cit., p. 263.*

a questão do desenvolvimento dos países de Terceiro Mundo se encontrava na aplicação de políticas e medidas conducentes ao florescimento de um sector, o capitalista-moderno e a eliminação do outro, o tradicional-rural. O desenvolvimento era visto no sentido da mudança do tradicional para o moderno, do inorganizado para o organizado, da subsistência para a economia capitalista.

Construíram-se então teorias que justificassem a transferência de mão-de-obra. Arthur Lewis conta-se entre os primeiros autores a demonstrar numa economia dual, o mecanismo de transferência de trabalho das zonas rurais dominadas pela baixa produtividade, para o sector urbano primado pela alta produtividade<sup>(1)</sup>.

O pensamento económico de então formava uma opinião favorável em torno do processo migratório, socialmente benéfico em virtude da força de trabalho se transferir das áreas onde o seu produto social marginal assumia o valor zero, para as zonas onde o seu mesmo produto não só tinha valor positivo, mas também crescia como resultado da acumulação de capital e do progresso técnico. Sendo então a migração uma consequência do diferencial de rendimento rural-urbano, o emprego seria implicitamente garantido.

Estas teorias e premissas revelaram-se inadequadas e irrelevantes na medida em que não reflectiram, na sua essência a diversidade de comportamento económico das economias em desenvolvimento, particularmente nas áreas urbanas. A urbanização e a industrialização mostraram-se incapazes de acompanhar o ritmo de crescimento do êxodo rural.

É notória a explosão demográfica nos países em desenvolvimento. Segundo as estimativas da ONU, numa população mundial de 5.5 biliões em 1992,  $\frac{4}{5}$  vivem nestes países. África, com 500 milhões de habitantes, tem hoje duas vezes mais população que em 1965 e cinco vezes mais que

---

(1) Sobre esta teoria, ver Lewis, W. Arthur; "O desenvolvimento económico com oferta ilimitada de trabalho", mimeo policopiado, reproduzido em português de "Economic Development with Unlimited Supplies of Labour" Manchester School, Maio 1954.



no início do século<sup>(1)</sup>, aumentou o seu índice de crescimento de 2,5% por ano em 1960 para 3%<sup>(2)</sup> na actualidade. Estes índices “os mais altos de todos em qualquer momento da história humana”<sup>(3)</sup> traduzem uma situação deveras preocupante para esta região e reflectem uma explosão populacional.

Numa perspectiva social e cultural a população africana tem uma vocação essencialmente rural. A civilização europeia introduzida no continente pelo processo da colonização trouxe consigo um modelo de desenvolvimento pautado por uma política de industrialização centralizada nas cidades em detrimento das áreas rurais. Uma industrialização cujo modelo se evidenciou de forma acelerada, quíça desorientada, por não se alicerçar numa estratégia integrada de crescimento económico, e manifestamente desenraizada de um enquadramento sócio-cultural dos países africanos<sup>(4)</sup>.

Este facto proporcionou um desequilíbrio nas estruturas produtivas, económicas e sociais das sociedades africanas que apresentam um cenário de “*cidades desenvolvidas e de campos atrasados*”<sup>(5)</sup>, originando aliás a estigmatização das diferentes teorias de natureza dual das economias africanas. A atracção exercida pelos diferenciais de rendimentos entre as actividades das áreas urbanas e rurais determinou a eclosão do fluxo migratório para as cidades.

Após a independência, por volta dos anos sessenta, a generalidade dos governantes optaram por estratégia de industrialização, com vista à substituição de importações, secundarizando o vasto domínio agrícola.

---

(1) Banco Mundial, 1990, “*África Subsaariana. Da crise ao crescimento sustentável*”, p. 27.

(2) Banco Mundial, 1990, *op. cit.* p. 45.

(3) *Ibid.*.

(4) Rocha, Alves da; “*Economia Informal e os elementos culturais da sua interpretação*”, em *Revista da Camara de Comércio e Indústria Portugal-Angola (C.C.I.P.A.)* nº 24. Janeiro-Março 1995, p. 28.

(5) À imagem da expressão “*Um norte desenvolvido e um sul atrasado*”.

Com efeito, na prossecução de estratégias de desenvolvimento com ênfase à modernização industrial e à sofisticação tecnológica, os poderes públicos adoptaram políticas de forte intervenção de estado na vida económica, visando a protecção justamente do sector industrial por via de impostos, licenças e outros mecanismos, agravados por outras medidas, nomeadamente nas políticas de preço (fixação administrativa de preços), e nas políticas cambiais (sobrevalorização da taxa de câmbio) que culminaram na negligência, na ausência da modernização e na discriminação da agricultura, tendo como implicação óbvia, entre outras, a emigração acelerada para as cidades, dado o substancial desequilíbrio criado entre as duas zonas.

Consequentemente, regista-se hoje em África um crescimento urbano sem precedentes. A população urbana africana passou de 31 milhões em 1950 para 80 milhões em 1970, atingindo 219 milhões em 1990<sup>(1)</sup>.

Esta tendência para uma acentuada aglomeração urbana continua. Enquanto que a taxa de crescimento de residentes urbanos não chega a 1% por ano nas maiores cidades do mundo como Nova York e Londres, em muitas cidades africanas situa-se em mais de 7% ao ano, como por exemplo, em Nairobi, Lagos e Accra<sup>(2)</sup>.

Nos fins dos anos sessenta, princípios de setenta, a industrialização evidenciou sinais de crescimento mas de pouca duração<sup>(3)</sup>, e com insatisfatórios efeitos redistributivos por não conseguir fornecer emprego ao afluxo da população, essencialmente migrantes rurais, gerando assim um excedente estrutural da força de trabalho.

A migração massiva da população rural para os centros urbanos e a concentração industrial ditaram a sua própria falência, estimulando desta forma a constituição de um sector informal de actividades produtivas, de comércio e de outros serviços, inviabilizando assim a validade do modelo de desenvolvimento de dois sectores de Arthur Lewis baseado na teoria da transferência de mão-de-obra a que fizemos referência.

---

(1) *Estimativas das Nações Unidas, citada por Todaro, M.; op.cit., p. 249.*

(2) *Ibid., p. 248.*

(3) *Crescimento não sustentado como consequência de medidas politico-económicas não ajustadas a realidade africana e ao contexto económico, como já referido.*

Partindo desta pressão migratória que continua a verificar-se nas cidades apesar da situação de “desemprego” advinda deste fenómeno, Michael Todaro<sup>(1)</sup>, no seu conhecido modelo de migração, demonstra que o rendimento esperado está na causa da permanente perpetuação deste tipo de fluxo migratório.

Com efeito, o modelo parte da premissa de que o migrante avalia as oportunidades de trabalho que se lhe apresentam na base dos benefícios esperados da migração, isto é, os migrantes comparam o valor do rendimento real que esperam obter no sector urbano com o rendimento auferido nas actividades rurais após tomar em consideração as probabilidades de ficar na situação de desemprego durante um certo tempo. Por outras palavras, os migrantes avaliam, num horizonte temporal, as vantagens remanescentes do rendimento esperado (a usufruir) após deduzidos os custos inerentes ao período de espera em que se encontram no desemprego. Se o resultado for positivo, isto é, se o rendimento esperado exceder o rendimento em vigor nas áreas rurais então optam pela migração para as áreas urbanas. Sendo os salários institucionalmente determinados (como assumiu Todaro) e as vantagens do sector urbano/moderno geralmente superiores aos rendimentos rurais/agrícolas<sup>(2)</sup>, cria-se um fosso entre os dois sectores que leva os trabalhadores, apesar da pouca viabilidade de postos de trabalho nos centros urbanos, a tentarem a sua sorte no sector moderno. Isto explica em poucas palavras, a racionalidade económica individual do permanente movimento migratório rural-urbano e entre outros a consequente existência das actividades informais dada a excessiva mão-de-obra não absorvida pelo sector industrial/formal.

---

(1) Michael Todaro, numa série de artigos, desenvolveu a teoria da migração rural-urbana na tentativa de explicar a relação aparentemente paradoxal da aceleração do movimento migratório num contexto em que o “desemprego” continua a persistir nas cidades. Ver por exemplo M.P. Todaro, “A model of Labor migration and urban unemployment in less developed countries” in *American Economic Review*, vol. 59, Março 1969; J.R. Harris e M.P. Todaro, “Migration, Unemployment and Development: a two-sector analysis” in *American Economic Review*, vol. 60, Março 1970.

(2) Devido às distorções e discriminação de várias ordens provocadas pelas orientações estratégico-económicas já evocadas.

Uma explicação simples a partir da representação gráfica do modelo de migração de Todaro ajudar-nos-á a ilustrar a situação:

O diagrama do gráfico 1 representa dois sectores: Agrícola e Industrial.

AA' Curva da procura da força de trabalho da agricultura.

MM' Curva da procura da força de trabalho da indústria.

$O_A O_M$  Força de trabalho total no ramo agrícola e industrial.

E Ponto de equilíbrio (pleno emprego) onde todos os trabalhadores disponíveis estão ocupados seja na agricultura ( $O_A L_A$ ) seja na indústria ( $O_M L_M$ ) a um salário equitativo ( $W_A = W_M$ )

$\overline{W}_M$  Salário, no ramo da indústria, institucionalmente determinado. Este nível de salário por se situar acima do salário de equilíbrio da agricultura  $W_A$ , cria um desequilíbrio entre os dois sectores, restringindo<sup>(1)</sup> a quantidade de trabalhadores do sector moderno, a distância  $O_M L_M$ , mas com um salário elevado  $\overline{W}_M$ , e alargando a massa de trabalhadores no ramo agrícola, a distância  $O_A L_M$ , agora com um salário que baixou implicitamente a  $W_A^{**}$ . A distorção rural-urbana é dada pela diferença de salário  $\overline{W}_M - W_A^{**}$ .

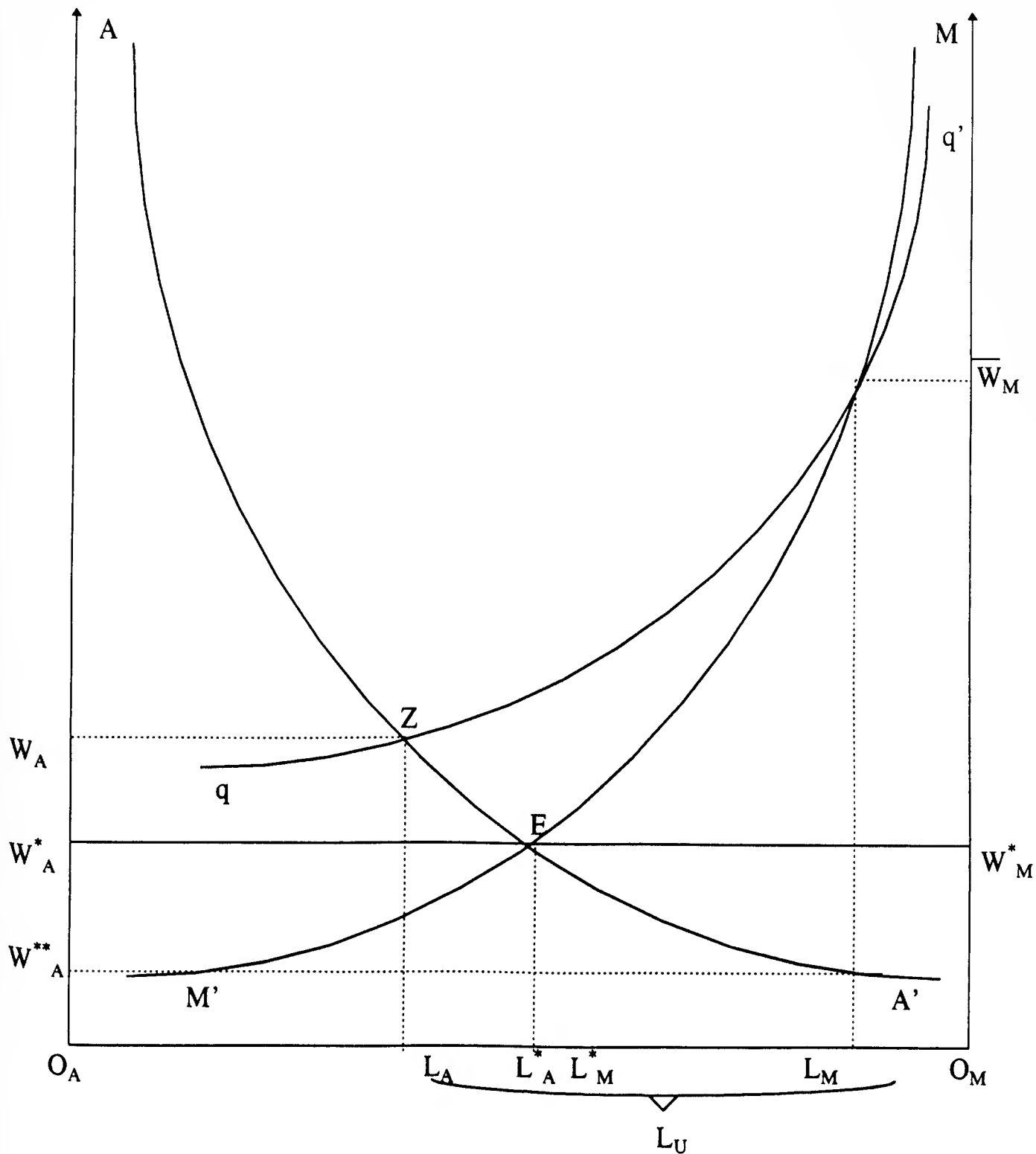
qq' Curva de indiferença em que os trabalhadores agrícolas, perante a expectativa criada pela urbanização/modernização e apesar da oferta limitada de postos de trabalho no ramo industrial,  $O_M L_M$ , tentam na mesma encontrar trabalho nos centros urbanos com uma probabilidade exprimida pelo ratio de emprego na indústria ( $L_M$ ) sobre a força de trabalho total urbana ( $L_U$ ), necessária para equiparar o rendimento agrícola com o rendimento urbano esperado  $L_M / L_U (\overline{W}_M) = W_A$ . Isto induz um novo equilíbrio que se estabelece no ponto Z.

(1) Pensamos que a restrição é devido ao custo elevado de criação de novos postos de trabalho no sector moderno e a diferentes tipos de barreiras à entrada ligadas por exemplo ao nível de qualificação.

GRÁFICO 1

Salário  
Agricultura

Salário  
Indústria



Fonte: Todaro, Michael P. ; *Economic Development*, 5<sup>th</sup> Edition, p. 268.

Z Novo ponto de equilíbrio em que, no decurso do processo migratório, existem trabalhadores que se mantêm ainda na agricultura  $O_A L_A$ , com um salário ao nível  $W_A$ , e os trabalhadores do sector moderno,  $O_M L_M$ , com os seus rendimentos ao nível  $\bar{W}_M$ . O desequilíbrio agora é dado pela diferença  $\bar{W}_M - W_A$ . E, o restante da força de trabalho urbano  $L_U = O_M L_A - O_M L_M$  ou  $L_A L_M$  é excedentária e ocupa-se nas actividades informais, subtraindo daí os seus rendimentos.

Extraímos também do trabalho de análise de relações e interacções entre sector formal e informal nos países em desenvolvimento de Hans Hemmer e C. Mannel<sup>(1)</sup>, uma outra aproximação ao processo da formação de excesso de mão-de-obra nas cidades a partir do fenómeno migratório rural-urbano<sup>(2)</sup>, fonte das actividades informais.

A interpretação do diagrama apresentado na página seguinte permite demonstrar a situação excedentária decorrente da migração:

$X_1(L)$ : Produção rural função de trabalho.

Sendo a oferta de trabalho representada por OG, mas com uma substituíbilidade limitada entre trabalho e capital, como assumido pelos autores, então a eficiência técnica da produtividade do trabalho é realizada entre  $D_1 E_1$ .

Daí, todo o trabalho que exceda  $E_1$  corresponde a uma produtividade marginal nula, constituindo assim um desemprego nos pontos  $E_1 G$ .

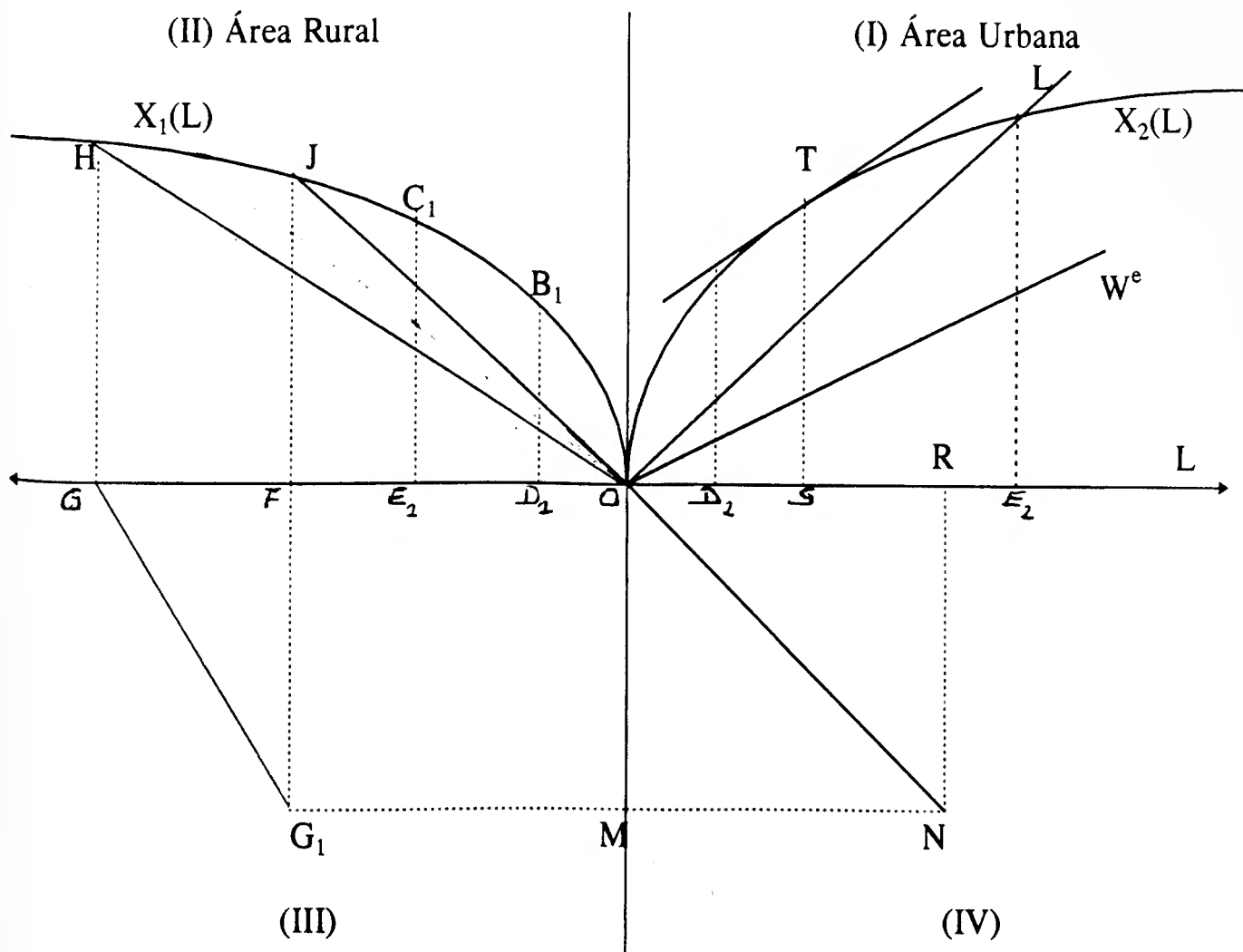
$X_2(L)$ : Produção do sector formal urbano função de trabalho.

---

(1) Hemmer, Hans R.; Mannel, C.; "On the Economic Analysis of the Urban Informal Sector" *World Development*, vol. 17, nº 10.

(2) Muitas outras concepções teóricas existem à volta do fenómeno migratório rural-Urbano. Ver por exemplo Mazundar, Dipak (1987) "Rural-Urban migration in developing countries"; Gupta, Manash R.. (1993), "Rural-Urban migration, informal sector and development policies. A theoretical analysis".

GRÁFICO 2



Fonte: Extraído da figura de mercado de trabalho de Hemmer, Hans e Mannel, C.; 1989, p. 1549.

Assumida a mesma limitada substituíbilidade de factores, então a eficiência produtiva do trabalho é limitada entre  $OD_2$  e  $OE_2$ .

Como no modelo de Todaro, admite-se um salário institucionalmente fixado, indicado pela linha OL. O lucro máximo realiza-se empregando trabalhadores na quantidade OS.

Ainda segundo Todaro, conforme vimos, o rendimento esperado a usufruir nas cidades determina a migração por parte dos trabalhadores rurais.

Contrariamente a Todaro, que previa a probabilidade de encontrar emprego por parte dos migrantes rurais só no sector formal urbano, este modelo inclui também a expectativa dos mesmos migrantes se empregarem no sector informal urbano. Assim, o salário esperado no conjunto do sector urbano é dado por  $W^e = p_2 \cdot W_2 + (1 - p_2) \cdot W_3$ , indicado no gráfico pela linha  $OW^e$ , onde  $p_2$  é o preço no sector formal urbano,  $W_2$  é o salário no mesmo sector (isto é  $p_2 \cdot W_2$  representa a remuneração neste sector) e  $W_3$  é o salário no sector informal urbano.

Admite-se que a migração irá continuar até o produto marginal rural atingir o nível  $W^e$ .

Transpondo, segundo o modelo, a linha de salário esperado ( $W^e$ ) do sector urbano (quadrante 1) para o sector rural (quadrante 2), a sua intersecção j com a função produção rural  $X_1(L)$  indica o decrescimo da oferta de trabalho rural como resultado da migração, fixando-se na distância OF. Isto é, a massa de força de trabalho FG com produtividade nula no sector rural como já mencionámos, emigra da área rural para a área urbana.

Se, como sugerem os autores, esta migração se transfere para a abcissa positiva do terceiro e quarto quadrantes por uma volta de  $45^\circ$ , obtém-se a distância  $GF = FG_1 = OM = OR$ .

Desta forma, o número de trabalhadores urbanos aumenta em OR como consequência da migração.

Mas sabe-se que apenas OS trabalhadores, necessários para a maximização de actividades, são absorvidos pelo sector formal, então



cria-se um excedente de mão-de-obra de nível SR, abrindo uma massa de desempregados à disposição das actividades informais.

Como se antevê, os modelos de migração permitem avaliar importantes implicações na formulação de estratégias para o desenvolvimento quanto a políticas de salários e rendimentos, de desenvolvimento rural e de industrialização, matéria fora do âmbito deste trabalho. O objectivo de análise dos modelos aqui mencionados é a conceptualização teórica da formação do sector informal urbano a partir da representação gráfica do processo da migração rural-urbana. O desequilíbrio nas oportunidades de emprego e/ou rendimento entre os dois ramos constitui um dos fulcros das falhas das políticas de desenvolvimento dos países de África.

Recapitulando, pode-se situar a essência da existência do sector informal na lógica do crescimento demográfico natural dos países em desenvolvimento que, confrontado com o modelo de desenvolvimento implementado nas suas sociedades por força do evento histórico ligado ao passado colonial, adoptado mais tarde pelos novos poderes públicos com consequentes desequilíbrios estruturais nas economias em questão, conduziu a uma afluência para os centros urbanos, criando um excedente estrutural permanente de mão-de-obra face a incapacidade de resposta de novos centros de atracção.

Acresce-se que, mais recentemente, a crise económica dos anos oitenta devido à conjuntura internacional agravada pelo falhanço das políticas de intervenção do estado na vida económica e social, fragilizou o sector formal/moderno por si já precário, lançando assim ainda um bom número de massa de trabalhadores nos mercados informais.

Sem prejuízo da nossa anterior afirmação de que a informalidade corresponde a um fenómeno comum em países em desenvolvimento, alguns dos seus traços característicos, o de não ser regulado pelo estado ou, o facto de ser ignorado pela economia oficialmente registada, é também verificável nos países desenvolvidos.

Vimos na introdução que o carácter novo da informalidade reflecte-se, entre outros aspectos, no facto das autoridades e pesquisadores admitirem apenas muito recentemente a sua importância. Porém a sua existência é antiga, fazendo parte das estruturas económicas em diferentes fases de desenvolvimento dos países desenvolvidos ou em

desenvolvimento. É neste contexto que o programa de emprego e de aquisição de competência em África da Organização Internacional de Trabalho (JASPA/ILO) afirma *"The term «Informal Sector» itself is a little over a decade old, having come into vogue as a result of Ilo's employment mission to Kenya, but the structure has existed much longer in African countries, in other developing countries, as indeed in all countries of various phases of their development(...). For the fact is that the informal sector is no more than an embodiment of a universal desire of human beings: To remain alive"*<sup>(1)</sup>.

Também sob o mesmo ângulo, o Banco Mundial atesta que a existência de um sector informal considerável e sempre em crescimento não é um fenómeno exclusivo a África subsaariana. É encontrado em todos os países industrializados. A característica peculiar para a África subsaariana é o seu acentuado crescimento, juntamente com o falhanço e o declínio do desenvolvimento industrial<sup>(2)</sup>.

Geralmente a literatura quando descreve a manifestação do referido fenómeno nas economias desenvolvidas, onde o mercado exerce função reguladora, intitula-o de "economia subterrânea"; fala do sector informal quando a mesma manifestação se relaciona com as economias de mercado menos desenvolvidas, e fala da economia paralela, quando se refere a economia de direcção central do antigo bloco de Leste.

Estes três conjuntos classificam-se geralmente nas denominadas *"Actividades Económicas não Reguladas"* definidas como sendo aquelas que se desenrolam à margem ou transgridem as normas de regulação económica vigentes<sup>(3)</sup>. A diferença entre eles situa-se nas causas e efeitos dos seus determinantes.

Não é nossa intenção fazer menção aqui às motivações da economia paralela dos países de planificação central. Já evocámos tam-

---

(1) *"The Informal Sector in Africa"* in *"The Challenge of Employment and Basic Needs in Africa"* ILO, p. 244. O sublinhado é meu.

(2) Giri, J.; *"Formal and Informal Small Enterprises in the long term future of Subsaharian Africa"*. World Bank, *the long-term perspective study of Sub-saharian Africa*, vol. 2, p. 113.

(3) Fontainha, Elsa; *"Actividades Económicas não Reguladas"* tese para obtenção de mestrado em economia. ISEG 1987, p. 1

bém com pormenor as condições do aparecimento e da persistência do fenómeno nas economias menos desenvolvidas.

Detenhamos um pouco a nossa análise no caso dos países desenvolvidos, onde, segundo J. Albano Santos<sup>(1)</sup>, de acordo com as esferas em que se manifestam, a pressão fiscal e parafiscal constituem a causa preponderante das actividades subterrâneas que emanam da esfera económica.

Face ao imposto, os agentes económicos modificam as suas escolhas e seus comportamentos no sentido de reduzir ou mesmo, eliminar o "*respectivo efeito perturbador*", sendo o recurso à economia subterrânea, nas suas diversas formas, uma alternativa de que dispõe o cidadão. As seguintes deduções de Albano Santos resumem de alguma maneira, a lógica dos contribuintes: "*A tributação do rendimento implica sacrifícios? pratica-se a fraude fiscal. As quotizações para a segurança social elevam os custos salariais? promove-se o trabalho negro. Os direitos aduaneiros dificultam o comércio? desenvolve-se o contrabando*"<sup>(2)</sup>.

Aquele autor refere-se também aos factores jurídicos como determinantes da economia subterrânea. Pela sua natureza fraudulenta ou ilegal, certas actividades ilícitas, tais como a prostituição e a droga, são banidas pelo estado. Face às restrições, os agentes económicos participantes nestas actividades remetem-se à economia subterrânea, a despeito do controlo de que se revista<sup>(3)</sup>.

Quanto às actividades lícitas, é geralmente ponto assente dentro das análises sobre as causas da subterraneidade que, as formalidades jurídicas exigidas para o licenciamento de algumas actividades envolvem uma "*malha de restrições*" de uma forma tal que a "*sua observância é*

---

(1) Santos, J. Albano;, "*A economia subterrânea*", Ministério de Trabalho e Segurança Social, Lisboa, 1983.

(2) Santos, J. Albano; *op. cit.* p. 45.

(3) É digno de realce uma observação de Albano Santos: "*Desta constatação não decorre que tais actividades devem ser despenalizadas. Talvez a única ilação possível seja que a economia subterrânea possui componentes inelutáveis*". *op. cit.*, p. 48.

susceptível de ser mais penosa que os inconvenientes da clandestinidade”<sup>(1)</sup>.

Argumenta-se também que o conjunto de normas de protecção do mercado do trabalho (limitações quanto ao recrutamento e ao despedimento, trabalho infantil, garantia de salário mínimo e máximo, regulamentação do trabalho extraordinário, etc...), introduz um grau de inflexibilidade no mercado contribuindo para o desenvolvimento da economia subterrânea.

Ainda como determinantes de comportamentos e motivações conducentes ao florescimento das actividades subterrâneas, além do fenómeno social da urbanização já evocado, a literatura menciona também factores sociológicos ligados à crescente espaço de tempo livre disponível agora aos cidadãos, fruto da evolução das modernas sociedades industriais que se traduzem entre outros aspectos, na redução de horário de trabalho, na antecipação da idade de reforma, aumento da esperança de vida, etc.... Mas nem sempre as compensações diferidas do trabalho (pensões, reformas, subsídio de invalidez, etc...) acompanham o ritmo da referida evolução tendo como resultado o recurso a actividade complementar geralmente sob a forma clandestina<sup>(2)</sup>.

## 2.2 - GÉNESE E CONCEITO DO TERMO “SECTOR INFORMAL”.

Vimos como a diversidade de comportamento económico nas áreas urbanas de África não correspondeu a expectativa teórica do modelo dual. Com este falhanço da teoria dual, surgiram novos conceitos, traduzindo de uma maneira mais apropriada uma situação verificada nas economias em desenvolvimento, onde uma considerável parte das actividades económicas não relevam nem do sector “tradicional” nem do sector “moderno” “*Strictu Sensu*”<sup>(3)</sup>.

---

(1) Santos, J. Albano; *op. cit.*, p. 48.

(2) *Ibid.* p. 50,52

(3) Georges Nihan, *op. cit.*, p. 264.

Assim, Keith Hart, desde 1971, num estudo sobre o Ghana<sup>(1)</sup>, utilizou pela primeira vez o termo "*Informal Sector*" para distinguir o emprego assalariado do emprego informal, relevando o primeiro do sector organizado, e o segundo do auto-emprego ou trabalho independente<sup>(2)</sup>.

Hart constata que no Ghana proliferam uma série de novas actividades que, embora geradoras de rendimentos, emanam da situação de desemprego e de subemprego nas zonas urbanas. Estas actividades concentram-se no sector "*não organizado*" da economia urbana e fazem parte do sector "*não recenseado*" em virtude de os instrumentos disponíveis não permitirem a recolha de informações a seu respeito<sup>(3)</sup>.

De facto, a questão era de procurar saber como os novos migrantes não tendo emprego (*e, portanto, rendimentos*) no sector moderno devido, por um lado, à insuficientes possibilidades oferecidas por este, e, por outro, à sua falta de formação profissional, conseguem sobreviver nas cidades, numa sociedade onde não existe indemnização/subsídio de emprego, são insuficientes ou mesmo inválidas como assinala P. Hugon as explicações tradicionais relativas ao parasitismo (um trabalhador sustenta os não trabalhadores) ou relativas a transferências de campo para as cidades<sup>(4)</sup>.

Hart conclui então que existe um sector informal de onde os indivíduos tiram os seus rendimentos, constituindo o "*proletariado urbano*", e identifica-os como subempregados porque os seus rendimentos são inferiores ao salário mínimo legal<sup>(5)</sup>. Já naquela altura Hart chamava atenção para este novo fenómeno nas análises sobre o desenvolvimento quando sublinhava "*Accra is not unique, and a histori-*

---

(1) Hart, K.; "*informal income, opportunities and urban employment in Ghana*", in *The Journal of Modern African Studies*, 1973, vol. II, p. 61-89.

(2) Toda a literatura sobre o sector informal é unânime neste aspecto. Ver por ex. Sethuraman (1976).

(3) Sethuraman, S.V.; *op. cit.*, p. 80.

(4) P. Hugon, "*Approches pour l'étude du secteur informel (dans le contexte africain)*". in Turnham, D.; Salomé, B.; Schwarz, A.; (*sous la dir.*), *op.cit.*, p. 11.

(5) Sethuraman, S.V.; *ibid.*

*cal, crosscultural comparison of urban economies in the development process must grant a place to the analysis of informal as well as formal structures. It is time that the language and approach of development economies took this into account”<sup>(1)</sup>.*

Mas, a generalização do termo no seu sentido actual ocorre em 1972, no relatório da missão do B.I.T. sobre o emprego no Kenya<sup>(2)</sup>. O relatório identifica o sector informal como aquele que apresenta as seguintes características<sup>(3)</sup>: fácil acesso, as empresas utilizam recursos locais e são de carácter familiar, a escala das operações é restrita, os seus mercados são abertos a forte concorrência e não sujeitos a regulamentação, as técnicas são adaptadas e com forte intensidade de mão-de-obra, os seus trabalhadores adquirem as qualificações fora do sistema escolar oficial. Ao passo que o sector formal apresenta justamente características inversas, isto é, dificuldade de acesso, recurso frequente a tecnologia importada, operações em grande escala orientada para mercados protegidos por barreiras de todos os tipos, qualificações adquiridas nas escolas oficiais, etc...

De notar que, apesar da sua aceitação, a divisão da economia em dois sectores suscita motivos de controvérsias por parte de diferentes autores em virtude de reflectir ainda uma imagem dual das economias em desenvolvimento.

Emmerij, por exemplo, argumenta que as actividades de produção constituem um conjunto homogéneo, e que a sua divisão em dois sectores não corresponde a um fundamento sólido, logo sendo arbitrário. Assim, se existe dualidade, isto quer dizer que as empresas informais ainda se encontram num estágio de transição sendo o desaparecimento de diferenças uma questão de tempo<sup>(4)</sup>.

---

(1) Hart, K.; *op. cit.*, p. 89. o sublinhado é meu.

(2) Toda literatura é unânime sobre este ponto de vista.

(3) Sethuraman, S.V.; *op. cit.*, p. 80. Também mencionado em todas as outras literaturas sobre a origem do conceito do sector informal.

(4) Louis Emmerij, “Stratégies de développement de l’emploi en Afrique: une nouvelle approche”. Citado por Sethuraman, S.V.; *op. cit.*, p. 5.

Um outro autor, Guy Standing, sustenta uma divisão tricotómica no lugar de um modelo dicotómico, pois o sector informal deveria ser subdividido em dois sub-sectores sendo um “*irregular*” - compreendendo todo o grupo de actividades lícitas mas marginais, de pouco prestígio (mendicidade, diferentes trabalhos ocasionais de jardinagem, lavagem de carro, etc...) bem como muitas outras actividades ilegais, - e outro “*informal*” *Strictu Sensu*, compreendendo actividades económicas levadas a cabo em pequena escala por empresas familiares<sup>(1)</sup>.

Mas autores como Sethuraman defendem a oposição «*formal-informal*» demarcando-a da dicotomia clássica «*moderno-tradicional*» e explicitando que a diferença reside nas técnicas utilizadas, não tendo em conta, portanto, outras particularidades das empresas. E, apoiando-se nos argumentos de Emmerij, Sethuraman reitera que o «*tradicional*» reveste um sentido pejorativo que vê na tradição um obstáculo ao desenvolvimento, em vez de um elemento próprio à cultura e à identidade de uma nação. Assim, defende a distinção «*formal-informal*» quando afirma que «*elle [la distinction «formel-informel»] est neutre, elle signifie tout bonnement que le secteur non structuré n'est pas structuré, c'est-à-dire que les relations pouvant exister entre l'entreprise de ce secteur et les autres entreprises, le gouvernement, les ménages entant que unités de*

---

(1) - Guy Standing, “A Trichotomous model of urban labour market” citado por Sethuraman, S.V.; *ibid.*

- Também Friedman and Sullivan and Standing, citados por Willian J. House no seu artigo “Nairobi’s Informal Sector: dynamic entrepreneurs or surplus Labor”, in *Economic Development and Cultural Change*, vol. 32, nº 2, january 1984, p. 280.

- Ainda Rempel and Rempel House para quem, existem dois diferentes grupos dentro do sector informal: “The community of the Poor”, que se empenha nas actividades informais com a esperança de encontrar um dia uma ocupação no sector formal, considerando a sua actual situação como temporária por falta de alguma oportunidade de trabalho no sector “protegido”. “The Intermediate Sector”, incluindo aqueles que conscientemente se decidem fazer das actividades informais meios permanentes de subsistência, com a motivação de investir e construir o seu futuro. *Ibid.* p. 280.

- Ainda P. Hugon que distingue num modelo Trisectorial de inspiração Neo-Clássica, um sector capitalista moderno, um sector intermediário e um sector residual ou de subsistência. P. Hugon, “Dualisme Sectoriel ou Soumission des Formes de Production au Capital. Peut-on dépasser le débat?” in Hugon, P. (ed), *op.cit.*, p. 246.

*production, les travailleurs qu'elle emploie, ou d'autres institutions, sont des relations denuées de formalité»<sup>(1)</sup>.*

Pelo contrário, certos autores, entre outros J. Charmes, vão mais longe sugerindo até a reformulação do termo "*Sector Informal*": "*Il est frappant de constater qu'en la matière, ce qui importe le plus, c'est de rebaptiser le terme secteur informel dont la dénomination risquerait de créer un dangereux complexe d'inhibition de la part de l'état*"<sup>(2)</sup>.

Ainda na mesma lógica, muito recentemente num seminário da O.C.D.E. e Banco Mundial<sup>(3)</sup>, alguns participantes, devido as constatações feitas sobre a heterogeneidade do sector informal, pediram, embora a proposição não tenha tido eco, a renúncia à expressão «*sector informal*», sugerindo a referência exclusiva ao dualismo de base, falando de "*empregos com livre/ou fácil acesso*" e de "*empregos de difícil acesso das pequenas empresas*"<sup>(4)</sup>. Também K. King reflecte que o termo "*Economia Ordinária*" coadunaria melhor com as tradições e realidades económicas de muitos países de África do que "*Economia Informal*"<sup>(5)</sup>.

Também a utilização do próprio termo "sector", tem sido alvo de críticas. P. Hugon alega, por exemplo, que a existência de um "*Sector*" pressupõe uma homogeneidade quanto à comportamentos e procedimentos. Dada a heterogeneidade específica do sector informal,

---

(1) Sethuraman, S.V.; *op. cit.*, p. 82.

(2) Charmes, J.; "*Le secteur informel, nouvel enjeu des politiques de développement*", in *Revista "L'homme et la société"*, nº 105-106, p. 67. O sublinhado é meu.

(3) Seminário do Centro de Desenvolvimento da O.C.D.E., in Turnham, D.; Salomé, B.; Schwarz, A. (Sous la dir. de), *op.cit.*.

(4) J.J. Thomas, "*Synthese des Observations et du Débat: La méthodologie et la théorie*". in Turnham, D.; Salomé, B.; Schwarz, A. (Sous la dir. de), *op. cit.*, p. 106.

(5) K. King, "*La recherche, la politique et le secteur informel: l'expérience Africaine*" in Turnham, D.; Salomé, B.; Schwarz, A. (Sous la dir. de), *op. cit.* p. 173.



Hugon sugere o termo "*forma de produção*" no lugar de "*sector*"<sup>(1)</sup>. E, a este propósito, como o afirma Tokman, "*forma de produção*" representa um contributo conceptual em relação ao termo empregue no relatório do Kenya. Modo/forma de produção prende-se com o nível de desenvolvimento dos mecanismos de produção e das suas relações sociais. A produção informal realiza-se com um fraco nível de desenvolvimento dos mecanismos de produção, reduzido capital e uma tecnologia simples, sendo o emprego assalariado deveras marginal<sup>(2)</sup>.

Mas, todavia, notemos que o relatório do B.I.T. sobre o Kenya, como explicitou G. Nihan, inaugurava um novo domínio de pesquisa. O seu estudo se encontra numa fase de exploração por estar em transformação permanente.

Por esta razão, pensamos, a sua clarificação conceptual constitui foco de controvérsia entre investigadores. Um dos factores que implica diferentes opiniões na definição, reside mais uma vez na sua extrema heterogeneidade<sup>(3)</sup>, o que levou aliás, P. Hugon já citado a afirmar que para além de uma aparente unidade do sector informal quanto aos critérios de organização não capitalista do trabalho, a escala de actividades, a monetarização de bens e serviços, pode se encontrar uma maior diversidade de actividade distinguindo prestações de serviços, produção de mercadorias, comércio e transporte<sup>(4)</sup>.

Assim, vários relatórios e estudos sobre o sector referem aspectos contraditórios nas percepções conceptuais e analíticas. Este facto põe em evidência a confusão resultante de uma formulação empírica inadequada. Mas muitos estudos nos revelam que o fenómeno da informalidade repre-

---

(1) P. Hugon, "*Dualisme Sectoriel ou Soumission des formes de production au Capital. Peut-on dépasser le débat?*" in Hugon, P. (ed), op. cit., p. 251.

(2) Victor E. Tokman, "*Le secteur informel en Amérique Latine: Quinze ans après*" in Turnham, D.; Salome, B.; Schwarz, A. (Sous la dir. de), op. cit. p. 122.

(3) Ultimamente, nos novos estudos sobre o sector informal, fala-se de um outro factor: a ambivalência de actividades, no sentido de estar a tornar-se cada vez mais difícil afirmar que um indivíduo exerce as suas actividades exclusivamente num sector. Assiste-se às situações em que um assalariado do sector moderno exerce frequentemente actividades por conta própria ou de outrem e vice-versa

(4) P. Hugon, "*Les petites activités marchandes dans les espaces urbains africains (essai de typologies)*" in Hugon, P. (ed), op. cit., p. 406.

senta uma característica evidente de grandes cidades, fruto do papel complexo do desenvolvimento económico e da transição demográfica<sup>(1)</sup>. Vários tipos de definições avançados podem ser relacionadas com diferentes teses ou correntes de pensamentos.

Das definições existentes, a mais conhecida e expandida é aquela proposta pela missão global do B.I.T. para estratégia do emprego para o Kenya que compreende sete critérios já referidos neste trabalho<sup>(2)</sup>. Adicionalmente, admite-se também que o sector enfrenta dificuldades em atrair financiamentos e é susceptível de repressão por parte das autoridades.

Citado por Anthony Leiman<sup>(3)</sup>, um outro critério de definição é nos dado por Tokman para quem o sector informal compreende as empresas onde se concentram os pobres urbanos e que são caracterizadas por fraca intensidade de capital, por um baixo nível de organização e pela pequena dimensão.

Um outro autor, I Oluranti Ogunrinola, na sua análise das determinantes do desenvolvimento do empresariado no sector informal urbano de Lagos (Nigéria), definiu as empresas deste sector como sendo aquelas sem capital nem mercado organizado e não registadas, onde a prática de emprego assalariado constitui mais uma excepção do que uma obrigação, contando com pouco mais de dez trabalhadores, onde as actividades de produção se realizam em lugares semi-permanentes tais como espaços arrendados, construções inacabadas, ao ar livre, ao longo das estradas, e em que o próprio proprietário se envolve pessoalmente<sup>(4)</sup>.

---

(1) Aboagye, Alex A. e Gozo, Kodjo M., "The informal sector: A critical appraisal of the concept", in "The Challenge of Employment and Basic Needs in Africa". Essays of Jobs and Skills Programme for Africa (JASPA) of the ILO, p. 261

(2) Todas as obras sobre o sector informal fazem referência a estas características definidas pelo B.I.T..

(3) Leiman, Anthony; "Formal/Informal Sector Articulation in the Zimbabwean Economy". *Journal of Contemporary African Studies*, vol. 4, nº 1/2, October 1984/April 1985, p. 120.

(4) Ogunrinola, I Oluranti; "Determinants of Entrepreneurship Development in the Urban Informal Sector of Lagos" in *Africa Development*, vol. XVII, nº 4, 1992, p. 84.

No mesmo seminário da O.C.D.E. já mencionado afirmou-se que a dificuldade de encontrar uma definição para este sector provém, além da sua heterogeneidade, da *"obrigação moral em não confundir as actividades ilegais e clandestinas que se exercem fora do sector estruturado com as actividades úteis e sãs de pequenas empresas informais"*<sup>(1)</sup>. Assim, apresentam as seguintes características, como condição de pertença da empresa ao sector informal: mínimo de dez empregados, composta por membros da família, ausência da aplicação de regras legais e administrativas, ausência de horários e de regras de permanência no posto de trabalho, ausência de créditos institucionais, formação escolar dos trabalhadores inferior a seis anos, produção destinada ao consumidor final e para algumas actividades: ausência da energia mecânica e eléctrica, carácter ambulante ou semi-permanente das actividades<sup>(2)</sup>.

No entanto, existem críticas a estes critérios. Pergunta-se se as características anunciadas devem ser todas cumpridas, ou se basta apenas uma média ou a realização de uma delas para que uma actividade seja do sector informal.

Estudos e investigações empíricas dão conta dos problemas com os critérios de identificação. As actividades do sector informal apresentam uma grande diversidade. Umas são de acesso fácil, geralmente pouco remuneradas e os trabalhadores que se dedicam a este tipo de actividades esperam por melhores oportunidades de emprego (exemplo: venda ambulante, actividades artesanais). Outras são de acesso difícil por exigirem um certo nível de capital ou de competência técnica e respondem muitas vezes a uma escolha deliberada por parte dos seus agentes. Trata-se de um erro considerar os dois segmentos do sector como um só<sup>(3)</sup>.

Muitas das pequenas empresas dependem mais de produtos importados do que locais, e as empresas de propriedade familiar não em-

---

(1) Cfr. *"Le poids du secteur en Afrique sub-saharienne"*. in Revista *"Marchés Tropicaux et Méditerranéens"* n° 2338, 31 Août 1980, p. 2447.

(2) *Ibid.* Critérios propostos por S.V. Sethuraman (1976).

(3) Gary S. Fields, *"La modelisation du marché du travail et le secteur informel urbain : la theorie et l'empirique"* in Turnham, D.; Salome, B.; Schwarz, A. (Sous la dir. de), *op. cit.*, pp. 72-75.

pregam só os familiares. Existe também dificuldade na definição de uma empresa de pequena escala, que pode ser identificada ou na base do número de trabalhadores, ou na intensidade do capital, ou ainda na base da quantidade de consumo de energia ou em outras características<sup>(1)</sup>.

Alex Aboagye e Kodjo Gozo<sup>(2)</sup> avançam com uma tentativa de definição ilustrada no quadro nº 5 anexo, dividindo o sector em três categorias: Sector informal tradicional, Sector informal semi-tradicional e Sector informal moderno. As três exibem traços comuns e traços específicos, que estabelecem as diferenciações. A classificação não reflecte uma ordem cronológica ou diferentes etapas que cada categoria deve atravessar. Não sendo mutuamente exclusiva, uma categoria pode apresentar algumas características da outra.

Madhura Swaminathan introduz uma distinção entre Empresa Informal e Emprego Informal defendendo que grande parte das ambiguidades existentes na literatura sobre o sector informal residem na falta de uma clara separação entre os dois aspectos. «*The term "Informal Sector" usually refers to either enterprises or employment or both of them; the two may overlap but do not always coincide*»<sup>(3)</sup>. Das muitas características geralmente usadas para identificar o sector informal, escreve, três aparecem frequentemente na literatura: A natureza da regulação pelo estado, as formas de propriedade e a natureza do emprego. A partir destas três características, passa à análise do sector nas duas ópticas mencionadas.

Na vertente empresa, sustenta, quanto à regulação pelo estado, que o sector informal compreende todas as empresas não registadas, não autorizadas legalmente. «*The absence of regulation of the status of an enterprise is sufficient to classify that enterprise as belonging to the informal sector*». Quanto à forma de propriedade, defende que a natureza

---

(1) Cfr. Swaminathan, Madhura; "Understanding the Informal Sector: a survey" in *Wider Working Paper*, Dezembro 1991, p. 12.

(2) Aboagye, Alex A. e Gozo, Kodjo M.; *op. cit.*, pp. 267-268.

(3) Swaminathan, M.; *op. cit.*, p. 25.

## QUADRO Nº 5.

### CLASSIFICAÇÃO DAS CATEGORIAS DA ACTIVIDADE INFORMAL.

	Sector informal moderno	Sector informal semi-tradicional	Sector informal tradicional
Factores de produção	F. t. familiar, assalariados, uso das instituiç. financ. Mat. primas import. e local.	Força de trabalho familiar e capital importado	Força de trabalho familiar, matéria prima e capital local
Tecnologia	Equip. importados, parcialmente uso F. t. intensiva.	Trabalho intensivo e adaptado	Trabalho intensivo e equipamento tradicional
Mercado visado	Concorrência local com o sector moderno.	Sector moderno	Local, especialmente pobres; venda aos turistas.
Tipo de actividade	Serv. especializado.	Serviços	Produção de bens
Motivações	Lucro e controlo da propriedade privada.	Sobrevivência/lucro	Sobrevivência
Relações com o sector moderno	Relações de concorrência.	Relação parcial de dependência - subcontrato	Independência, actividades paralelas com o sector.

*Fonte: The urban informal sector in developing countries (ILO, Geneva, 1981) in "The Challenge of Employment and Basic Needs in Africa". Essays of Jobs and Skills Programme for Africa (JASPA) of the International Labour Organization (ILO) pp. 268.*

da propriedade individual ou familiar, quando combinada com certo tipo de regulação<sup>(1)</sup> serve para identificar uma empresa informal.

No que diz respeito ao Emprego como segunda vertente na definição do sector informal, Swaminathan afirma que os trabalhadores sob contrato fora do controlo legal que pode incluir, entre outras características, a determinação de salários mínimos, das condições de segurança e higiene, etc..., classificam-se facilmente como emprego informal. Noutros termos, a não aplicação da legislação do trabalho constitui uma das possibilidades de caracterização do sector informal. E, acrescenta, o emprego no sector informal é constituído por trabalhadores independentes e trabalhadores familiares com contrato não regulamentado pelo estado e pelos trabalhadores não permanentes sem

(1) O simples facto da empresa ser individual ou familiar não é suficiente, pois as grandes empresas de propriedade familiar não se incluem na categoria do sector informal.

contrato. Enfim, as duas vertentes, anota, são geralmente interrelacionadas. A ausência de registo implica naturalmente a ausência da aplicação da legislação do trabalho e, como é evidente, só as definições baseadas no regulamento das condições de trabalho demonstram ser adequadas para a identificação da empresa e do emprego do sector informal.

Lillian Trager<sup>(1)</sup> adopta uma visão mais alargada quando afirma que prefere a definição proposta por Alejandro Porte e John Walton segundo a qual o sector informal compreende "*todas as actividades geradoras de rendimentos que não sejam provenientes do sector formal e dos pagamentos da segurança social*"<sup>(2)</sup>. Uma tal definição argumenta, engloba a diversidade e heterogeneidade das actividades informais e inclui tanto o auto-emprego ou emprego familiar como empregos abaixo do salário mínimo, sem protecção social, bem como o trabalho doméstico. Salienta ainda, que a definição reconhece as empresas do sector com trabalhadores remunerados sem protecção semelhante à que se pratica nas empresas formais/modernas<sup>(3)</sup>.

Lachaud<sup>(4)</sup>, sugere o critério do modo de gestão, isto é da contabilidade em dia. Assim, a aproximação sob esta óptica consiste em proceder por dedução, sendo o sector informal constituído pelo conjunto de actividades urbanas após eliminação das empresas com sistema de contabilidade normalizada<sup>(5)</sup>.

Estas diferentes aproximações de definição, mostram a confusa e contraditória apreensão do conceito ainda reinante no círculo de diferentes analistas e pesquisadores.

---

(1) Trager, L.; "A re-examination of urban informal sector in West Africa". *Canadian Journal of African Studies*, vol. XXI, n° 2, 1987.

(2) Trager, L.; *op. cit.*, p. 239.

(3) *Ibid.*

(4) J.P. Lachaud, "Les Méthodes d'observation des activités informelles" in Penouil, M.; Lachaud, J.P. (sous la dir), "Le Développement Spontané, les activités informelles en Afrique". Centre d'Etude d'Afrique Noire de Bordeaux.

(5) J.P. Lachaud, *op. cit.*, p. 43.

Grosso modo os critérios propostos para definir o sector informal podem-se agrupar em diferentes níveis:

- Da empresa; são geralmente os sete critérios propostos pelo relatório do Kenya de B.I.T. já mencionados.
- Do Emprego; trabalhadores independentes, familiares, com contrato fora do controlo legal.
- Jurídico; todas as actividades não registadas.
- Modo de gestão; toda a actividade sem contabilidade.
- Registo estatístico; actividade não mencionada nos quadros estatísticos nacional.
- Rendimento; geralmente actividade que oferece fracos e instáveis rendimentos.

À luz das diferentes aproximações fornecidas pela literatura propomos uma definição que achamos corresponder ao objecto do nosso trabalho: Toda a actividade lícita de produção ou de consumo, geradora de rendimento, exercida por uma ou mais pessoas não superior a dez e que se pratica fora do controlo do estado.

Após o enquadramento do sector informal consubstanciado nas diferentes hipóteses e dados fornecidos através de diferentes estudos e investigação, vista a identificação da origem e do conceito do sector informal e analisada a aproximação a uma reflexão teórica sobre as causas da existência e permanência deste sector nas economias dos países em desenvolvimento, examinemos à luz das teorias aqui delineadas o caso de mercado informal de Angola por um ensaio metodológico no ramo do comércio tendo em conta os limites a que fixámos na introdução, particularmente na cidade de Luanda e no momento presente.

### 3 - MERCADOS INFORMAIS EM LUANDA. ENSAIO METODOLÓGICO PARA UMA INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA.

#### 3.1 SURGIMENTO, EXPANSÃO E AMPLITUDE DO SECTOR.

Uma breve abordagem da economia de Angola permitir-nos-á enquadrar o surgimento e a evolução do fenómeno informal neste país.

A explosão demográfica e o excendente estrutural de mão-de-obra nas cidades, como vimos, são condições primárias da presença das actividades informais em África (obviamente em todos os países em desenvolvimento).

Em Angola o fenómeno informal veio a manifestar-se com uma certa acuidade por volta dos anos oitenta, isto é, cinco anos após a independência, o que constitui um desfazamento relativo em relação com a maioria dos outros países de África.

Baseando-nos num dos vários estudos sobre o sector informal em África levada a cabo pelo JASPA/ILO, deduzimos algumas razões deste relativo atraso.

Do ponto de vista do espaço de manifestação, aquela instituição tentou alinhar os países da África em três diferentes grupos<sup>(1)</sup>:

- Sector informal com carácter dominante na economia urbana. Inclui aqui a maioria dos países da África Ocidental.
- Sector informal em estado incipiente. Situam-se nesta categoria os países do Leste tais como o Kenya, o Uganda e a Tanzânia.
- Sector informal sem expressão. Colocam-se aqui as economias dos países da África austral<sup>(2)</sup>.

---

(1) *Jaspa/Ilo, "The Informal Sector in Africa" in "The Challenge of Employment and Basic Needs in Africa", Oxford University Press, 1986, p. 247.*

(2) *A partir de meados dos anos oitenta, o sector informal nos países de África Austral estará mais adequadamente inserido na segunda categoria (o estudo remonta a 1986).*



A diferença entre as duas primeiras categorias, aponta o estudo, reside provavelmente no facto de existirem leis e planos de urbanização muito mais severos na África Oriental durante a época colonial. E, por efeito de arrastamento, continuaram a vigorar depois da independência.

A similitude desta afirmação com a realidade angolana leva-nos a classificar este país nesta segunda categoria, pois, a organização colonial tinha erguido fortes sistemas de constrangimentos que fixavam as populações nos territórios determinados. O acesso às cidades estava assim sujeito a um controlo severo. Esta prática prosseguiu depois da independência em 1975 com a instauração da “Guia de Marcha” que justificava as deslocações de uma zona para outra, essencialmente nas áreas urbanas. Este procedimento retardou, pensamos, a rápida aglomeração das pessoas nas cidades, condição primária do surgimento do sector informal, o que veio a acontecer por volta dos anos oitenta, com o agravamento da guerra.

O contraste exibido pela terceira categoria, adianta o mesmo estudo, é devido à “natureza peculiar” das economias dos países de África Austral, pelo facto da sua população constituir uma “reserva” para as minas da África do Sul. Estas últimas, explica, absorvem o excesso de mão-de-obra incapaz de encontrar trabalho na agricultura, que de uma outra maneira, noutras áreas de África, concentrar-se-ia nas cidades onde, face a fraca resposta do sector moderno, passaria a empenhar-se nas actividades informais. Na África do Sul, ela dirige-se para as minas onde o trabalho é garantido e ainda por cima é mais remunerador<sup>(1)</sup>.

Além da crise conjuntural internacional que assola o mundo desde os anos oitenta, diferentes estudos sobre a economia de Angola apontam particularmente três causas principais da crise económica desde a independência.

Uma primeira, diz respeito à saída dos Portugueses que controlavam toda a administração pública, os serviços sociais e da educação bem como todas as unidades de produção do sector moderno. Ao abandonar o país criou-se um vazio em pessoal qualificado e semi-qualificado capaz de assegurar as actividades das empresas tanto indus-

---

(1) É evidente que, a partir da segunda metade dos anos oitenta, esta afirmação perde utilidade com o aumento da crise interna na África do Sul e as restrições à migração.

triais como agrícolas, e gerou-se um estado de caos na administração e na economia em geral.

Uma segunda razão liga-se com as acções de guerra com destruição de vulto (pontes, barragens, indústria, caminho-de-ferro, etc...) que criaram acentuadas desagregações nas comunidades, insegurança em todo o território principalmente nas áreas rurais, afectando profundamente a actividade agrícola, agravando desta forma a dependência em produtos importados. O esforço de guerra absorve uma considerável proporção de recursos tanto humanos como financeiros (40% do orçamento geral - *Banco Mundial, 1991*).

Como consequência destas acções, em 1973 (portanto antes da independência) avaliava-se a proporção dos habitantes entre a cidade e o campo em aproximadamente 25 e 75% respectivamente. Em 1990, segundo dados do Ministério do Plano, como resultado do êxodo rural advindo desta guerra, para além das motivações tradicionais da migração rural-urbana criadas pelo crescimento das oportunidades económicas das cidades, estas proporções inverteram-se significativamente atingindo a ordem de 60% para os centros urbanos e 40% para as zonas rurais<sup>(1)</sup>.

Por último, a má gestão e políticas económicas inadequadas. As mais elementares regras de mecanismo de mercado e da livre concorrência eram ignoradas como consequência de adopção de políticas de direcção centralizada, com o estado a assumir funções de produtor, distribuidor e gestor.

Com uma política monetária fixando os preços administrativamente, sem correspondência com o equilíbrio entre a oferta e a procura, e com uma política cambial mantendo uma taxa de câmbio sobrevalorizada, induziu uma clara discriminação contra a produção não petrolífera e particularmente, contra a agricultura, favorecendo o consumo urbano. Daí a diferença entre o preço real e oficial (artificial), que conduziu rapidamente ao desenvolvimento do mercado paralelo.

A posse colectiva de meios de produção desmotivou a população, a afectação administrativa de recursos sem critérios económicos fruto do

---

(1) Citado por Amado, Filipe; "As condições de sobrevivência da população pobre em Angola". Luanda, Janeiro 1994, p. 9. (Mimeo).

sistema de planeamento central favoreceu o desenvolvimento da burocracia (e da corrupção), tendo como consequência, a incapacidade do sistema em satisfazer as necessidades dos consumidores, e, logo, o aparecimento dos mercados informais.

A incapacidade do estado de reorganizar o mercado nacional após a desestruturação colonial, a ausência de mecanismos adequados de regulação económica, conduziram a um movimento espontâneo de práticas informais.

Além da carga ideológica que está por detrás da escolha do sistema centralizado, um outro argumento económico subjacente a esta opção assenta na teoria das falhas de mercado. Sem entrarmos nas teorias da imperfeição dos mecanismos reguladores de mercado, a realidade mostrou que o planeamento, não logrou realizar a afectação racional de recursos. O Banco Mundial aliás, na sua estratégia a longo prazo para a África Subsaariana, sugeriu, em detrimento de práticas antigas, uma nova mentalidade sob a óptica da livre concorrência, privilegiando entre outros, o aproveitamento do sector informal da economia como fonte de dinamismo empresarial (*Banco Mundial, 1990*).

Com a conjugação destes elementos, difíceis de encontrar num só país, ou seja, a má gestão, a guerra, o excesso de intervenção do estado na vida económica<sup>(1)</sup>, a escassez da oferta, estão criadas as condições de emergência de práticas informais, única “válvula de segurança” para as populações.

Embora existam poucas informações acerca do tamanho e características deste sector em Angola, as estimativas sugerem, de harmonia com o quadro nº 6, que, excluindo o ramo agrícola e considerando os desempregados como participantes nas actividades informais, única alternativa para a sua sobrevivência, mais de 30% da população economicamente activa é ocupada neste sector.

Vimos como a população angolana, marcadamente de origem camponesa, por imperativo essencialmente de guerra, passou a residir nas cidades. Estima-se em 7,5% em 1980 a taxa de crescimento da população urbana enquanto se regista apenas a taxa de 0,8% de crescimento nas áreas do interior (*Banco Mundial, 1991: 3*).

---

(1) Apenas recentemente se iniciaram reformas económicas.

# QUADRO Nº 6.

Angola: Distribuição da população economicamente activa por Sector e sexo 1990.

SECTOR	População Economicamente Activa		
	Homens	Mulheres	Total
Sector Formal	791.324	165.928	957.252
Empresas e			
Administração	568.250	146.530	714.780
Forças Armadas	223.074	19.398	242.472
Sector Informal	1.407.598	1.725.968	3.133.566
- Agricultura	1.216.626	1.513.337	2.729.963
- Pesca	24.266	3.309	27.575
- Indústrias Artesanais	32.589	8.147	40.736
- Mercados Paralelos e Serviços	134.117	201.175	335.292
Desempregados	85.919	9.020	94.939
Total	2.276.653	1.909.104	4.185.757

*Fonte: UNDP/ILO. Extraído do texto não publicado de Assunção, Pedro; "Government Policies and the Urban Informal Sector in Sub-saharian Africa": Four cases studies. Konstanz, April 1992, p.98.*

Luanda, a maior cidade receptora de migrantes, viu a sua participação no total da população de Angola a passar de 1,6% em 1940 para 11,2% em 1983, até atingir 16% em 1992<sup>(1)</sup>. Calcula-se que Luanda alberga mais de 44% da população total urbana de Angola (*Banco Mundial, ibid.*), traço favorável para o desenvolvimento da economia informal.

O quadro nº 7 da composição da força de trabalho em Luanda nos indica que 35% do total de empregados estão ocupados no sector informal. Se mais uma vez considerarmos os desempregados como activos deste sector, passamos a ter 69% da população economicamente activa empenhada neste ramo de actividade.

(1) Citado por Amado, Filipe; *op. cit.*, p. 20.

QUADRO Nº 7.

Composição da força de trabalho em Luanda. 1990.

Empregados	%	%/empregado	nº empregados
. Aparelho de estado	4,3	8,9	37.885
. Empresa estatal	14,3	29,9	127.680
. Empresa privada	5,3	11,0	46.899
. Empresa mista	1,4	2,9	12.586
. Empresa estrangeira	0,6	1,2	5.089
. Conta própria	17,2	35,7	152.748
. Outros	5,1	10,5	44.743
. Empregados	48,0	100,0	427.630
. Desempregados	52,0		462.439
. Total	100,0		890.070
(Composição agregada)			
. Sector público	18,6	38,8	165.565
. Sector informal	17,2	35,7	152.748
. Sector formal privado	5,3	11,0	46.899
. Outros Sectores	7,1	14,6	62.418

*Fonte: Estudo da força de trabalho em Luanda. Bender/Hunt, 1991. Extraído do texto de Assunção, Pedro; op. cit., p. 100.*

Com efeito, as actividades informais na cidade de Luanda assumem uma dimensão e importância sem precedentes. Percorrendo as ruas da cidade apercebe-se sem necessidade de recorrer aos dados estatísticos oficiais, que o grosso das actividades económicas se realizam neste sector, participando assim na diminuição relativa do desemprego real.

A exemplo das outras cidades de África, Luanda regista no sector informal um predomínio de actividades comerciais, designadamente do pequeno comércio. O diminuto montante de capital exigido para abrir um negócio está na base desta opção como afirmam os resultados dos estudos levados a cabo um pouco por todo o lado em África. Acresce que para este caso, o nível artificialmente baixo dos preços durante muito tempo

(1975-1991), teve como consequências, entre outras, o incentivo da actividade de consumo em prejuízo da produção.

Este aspecto verifica-se no sector informal. A distorção de preços concedia mais vantagem às actividades de comércio que às da manufactura, por permitir avultados lucros num espaço reduzido de tempo. O quadro nº 8 mostra a proporção relativa de diferentes actividades informais em Luanda, com destaque ao comércio (comércio a retalho mais o comércio por grosso), que representa 45,2% do total do emprego.

QUADRO Nº 8.

Composição do sector informal em Luanda (1990)  
Percentagem do emprego total

Principal ramo de actividade	Frequência	%
. Comércio a retalho	239	43,9
. Produção, confecções	46	8,5
. Construção	42	7,7
. Serviço agrícola	38	6,9
. Transporte terrestre	34	6,3
. Agricultura	17	3,2
. Pesca	14	2,6
. Produto mobiliário	12	2,2
. Serviços ligados	10	1,9
. Administração pública e defesa	9	1,6
. Produtos textéis	8	1,5
. Comércio por grosso	7	1,3
. Restaurantes, cafés	7	1,3
. Cinema, outros serviços	6	1,1
. Outros	49	9,8

*Fonte: Estudo da força de trabalho de Luanda em 1990. Bender/Hunt, 1991. Extraído do texto de Assunção, Pedro; op. cit., p. 102.*

O exercício das actividades de comércio fomentou a proliferação de grandes espaços de mercados informais nos arredores da cidade. A propósito, J. Gonçalves nota "Em Luanda, o centro comercial da cidade simplesmente deslocou-se da baixa para os subúrbios, onde se implantaram os «mercados»"<sup>(1)</sup>.

(1) Gonçalves, J.; "Paralelo ou informal. A economia de sobrevivência". (Mimeo).

O maior destes mercados é o “Roque Santeiro”. Estima-se que passam por lá diariamente 200 mil pessoas. Ele constitui a fonte principal de abastecimento da cidade servindo simultaneamente de lugar de venda por grosso e a retalho. Admite-se que neste mercado, se movimenta mais dinheiro do que no mercado oficial. Em torno desta praça, geram-se ainda muitas actividades subsidiárias tais como as de transporte, armazenagem, etc....

Propomo-nos, a partir deste mercado, ensaiar uma metodologia para testar algumas hipóteses perfiladas ao longo deste trabalho.

### *3.2 - ENSAIO METODOLÓGICO.*

O procedimento de base é o método directo, isto é, com a ajuda de um questionário preestabelecido, realizar um inquérito por amostragem (aleatoriamente escolhida) dos intervenientes num ou dois ramos de comércio (exemplo: vendedores de electrodomésticos e aparelhos de som, ou vendedores de produtos alimentares). O método garante o conhecimento do modo de funcionamento do sector a partir do seu interior.

### Hipóteses principais a ilustrar:

De uma forma geral, as principais questões a verificar que se colocam no sector informal são as seguintes:

- a) - O modo de inserção dos indivíduos na vida profissional facultado pelas informações sobre o empresário/proprietário, os trabalhadores; sobre o vínculo educação-formação-actividade principal, etc....
- b) - Os problemas económicos essenciais que se levantam pela existência do sector, particularmente no que diz respeito a emprego, formação de capital e organização da empresa, e para este último caso, a natureza e funcionamento da empresa tanto a nível estático (actividade principal, localização, estrutura física, etc...) como a nível dinâmico (antiguidade, evolução estrutural, etc...).
- c) - A influência do processo migratório na eclosão das actividades informais.
- d) - Dinamismo e flexibilidade da unidade informal.
- e) - Os factores que asseguram o êxito e/ou falha do sector.
- f) - As mutações estruturais nas diferentes unidades. Isto é, as tendências gerais sobre a criação e/ou o desaparecimento das empresas num dado período. A interpretação retrospectiva (em função do ano da criação) e prospectiva (em função da duração da vida da empresa) permitir-nos-ão a apreensão do dinamismo das actividades.

### Campo de análise (consoante as hipóteses).

- 1 - Facilidade de entrada.  
(Capital financeiro e humano reduzido, nenhuma barreira administrativa/legal para atravessar).
- 2 - Composição numérica de trabalhadores.  
(Mínimo de dez empregados).





3 - Composição da origem étnica dos empregados.  
(Membro de família).

4 - Grau de aplicação de regras legais e administrativas.

4.1 - Tanto no interior da unidade (ex. horário de trabalho, regras de permanência no posto de trabalho).

4.2 - Como no exterior, principalmente com o estado (imposto, taxas, etc...).

5 - Créditos institucionais.

(Ausência de cobertura de créditos formais que ajudem ao desenvolvimento da actividade).

6 - Formação escolar/nível de educação.

(Geralmente inferior a 6 anos).

7 - Grupo profissional.

(Verificar traços característicos do empresário proprietário, grupo familiar a que pertence e origem étnica dos empregados - caso os tenha).

8 - Estrutura de idade .

(Geralmente jovem. Condição de reprodução local).

9 - Zona de proveniência.

(Interior. Influência do fenómeno migratório).

10 - Condição de produção/funcionamento.

10.1 - Local de exercício da actividade.

(Geralmente reduzido, semi-permanente, ambulante).

10.2 - Financiamento interno.

(Geralmente auto financiado).

10.3 - Estatuto profissional da mão-de-obra - neste caso, do(s) empregado(s).

11 - Dinamismo da unidade.

11.1 - Razão para o desenvolvimento da empresa - isto é, motivo da criação.

(Geralmente para manutenção/subsistência da família.  
por opção - prestígio pessoal, bem estar)

11.2 - Evolução estrutural da unidade.

11.3 - Obstáculo ao desenvolvimento da empresa.

(Geralmente, limite de crédito.

não contemplação nos planos de desenvolvimento do país).

12 - Natureza da procura final.

(Geralmente consumo final destinado para a população desprovida; mas também para a classe com maior rendimento).

13 - Resultados da produção - sob a óptica de rendimento.

(Geralmente rendimento instável).

Nota: Pode-se determinar o rendimento de uma unidade do sector através de uma aproximação metodológica proposta por J.P. Lachaud<sup>(1)</sup>, conforme a seguir se explica:

Tendo em conta a instabilidade de rendimento, pela declaração dos entrevistados, determina-se por semana o produto de venda e as despesas relativas ao funcionamento (neste caso, ex. transporte, armazenagem, etc...) especificando os níveis do período máximo, médio, mínimo, correspondentes as semanas boas, normais e más respectivamente reflectindo desta maneira a flutuação da procura, logo a instabilidade de rendimento.

Obtém-se na primeira aproximação:

$$Va^i_1 \text{ max} = Pb^i \text{ max} - CI^i \text{ max.}$$

$$Va^i_1 \text{ med} = Pb^i \text{ med} - CI^i \text{ med.}$$

$$Va^i_1 \text{ min} = Pb^i \text{ min} - CI^i \text{ min.}$$

onde  $Va^i_1$  = Rendimento de uma unidade  $i$  nos três períodos de flutuação da procura (bom, médio, mau).

$Pb^i$  = Produto bruto nos três períodos.

$CI^i$  = Consumo intermediário nos três períodos.

Com estes três níveis de rendimento, procede-se a uma estimação ponderada de rendimento anual:

$$VA^i_a = (VA^i_1 \text{ max. } f^i \text{ max}) + (VA^i_1 \text{ med. } f^i \text{ med}) + (VA^i_1 \text{ min. } f^i \text{ min})$$

onde  $f^i$  = Ponderação em número de semana na base de 52 semanas de trabalho.

A segunda estimação do rendimento é através de uma aproximação preço - quantidade, que se obtém:

---

(1) Ver J.P. Lachaud, "Les méthodes d'observation des activités informelles" in Penouil, M. e Lachaud, J.P. (sous la dir.), "Le développement spontané. Les activités informelles en Afrique". Centro de Economia do Desenvolvimento. pp. 58-60.

$$VA_2^i \max (S \sum_{r=1}^n P_r^i \max. q_r^i \max) - CI^i \max.$$

$$VA_2^i \text{ med } (S \sum_{r=1}^n P_r^i \text{ med. } q_r^i \text{ med}) - CI^i \text{ med.}$$

$$VA_2^i \min (S \sum_{r=1}^n P_r^i \min. q_r^i \min) - CI^i \min.$$

Onde: P = preço de bens (e serviços)

q = quantidade de produtos

r = 1, n = número de bens

Com a mesma ponderação o rendimento anual é dado pelo:

$$VA_2^i a = (VA_2^i \max. f^i \max) + (VA_2^i \text{ med. } f^i \text{ med}) + (VA_2^i \min. f^i \min)$$

O rendimento anual final é dado pela média aritmética  $VA_1^i a + VA_2^i a$ .

Identificadas as hipóteses a confirmar e o campo de análise, seguidamente, apresentamos um modelo de questionário a aplicar no trabalho de campo a indicar no mercado "Roque Santeiro" em Luanda em função das hipóteses a testar:

## MODELO DE QUESTIONÁRIO

### I - Características Demográficas.

. Justificação: pretende-se verificar as hipóteses do grupo a) - ou seja, o modo de inserção dos indivíduos na vida profissional pelas informações sobre o empresário/proprietário, os trabalhadores; sobre o vínculo educação - formação - actividade principal, etc....

. Campo de análise: refere-se aos pontos 7, 8, 9, - ou seja, análise sobre o grupo profissional (estrutura da idade, zona de proveniência, ...).

. Questões:

1' - Sexo : masculino :

feminino :

(objectivo: verificar a composição sexual dos participantes).

2' - Qual é a tua idade? : 16 a 24 anos :

25 a 30 anos :

31 a 40 anos :

41 a 50 anos :

(objectivo: influência do jovem no sector, condição da reprodução).

3' - Qual é o seu nível de instrução? : não Sabe ler e escrever :

sabe ler e escrever :

primário :

secundário :

(objectivo: influência do nível de instrução dos participantes no sector).

4' - Onde nasceu? : campo :

cidade :

5' - Há quanto tempo vive em Luanda? : há 1 ano :

1 a 3 anos:

4 a 6 anos:

+ de 6 anos:

6' - Porque veio para Luanda? : devido à guerra? :

à procura de emprego? :

7' - Onde vive? : na baixa? (zona urbanizada) :

na zona suburbana? :

8' - Qual é o seu estado civil : solteiro :  
casado :  
divorciado :  
viúvo :

9' - Quantos são no seu agregado familiar? :  
(objectivo: grau de pessoas a cargo com vista à repartição de rendimentos).

## II. Caracterização da empresa.

Nota: Por empresa, entende-se uma unidade informal composta por uma pessoa ou mais, não ultrapassando o número de 10.

. Justificação: verificar hipóteses do grupo b) - ou seja, problemas económicos com a existência do sector (emprego, formação de capital, organização de empresa, sua natureza ...).

. Campo de análise: refere-se aos pontos 1, 2, 3, 4.1, 4.2, 5, 6, 10.1, 10.2, 10.3, 11.1, 11.2, 11.3, 13.

. Questões:

10' - Qual é a sua actividade principal? :

11' - Tem local próprio para venda dos seus produtos? : sim :  
não :  
(objectivo: aferir o tamanho da empresa).

12' - De quando data a sua empresa? : há 3 anos :  
4 a 6 anos :  
+ de 7 anos :  
(objectivo: verificar a longevidade da empresa).

13' - Qual é o montante do seu capital inicial? :  
(objectivo: verificar uma das faltas de barreiras à entrada no sector).

14' - Onde aplica a suas poupanças? :  
(objectivo: verificar o modo de gestão da empresa).

15' - A empresa tem contabilidade? : sim :  
nao :  
(objectivo: idem).

16' - Como exerce a sua actividade : por encomenda :  
na base de stock :  
diferentemente :

17' - Quantos empregados tem : nenhum :

1 a 3 :

4 a 6 :

6 a 10 :

(objectivo: verificar o grau da participação pessoal do proprietário caso tenha mais do que uma pessoa, verificar a composição numérica dos trabalhadores numa unidade informal).

18' - Qual é o leque salarial dos trabalhadores? 5 a 20 USD :

20 a 50 USD :

+ de 50 USD :

19' - A empresa tem membros familiares?

(objectivo: verificar o critério familiar na montagem de uma unidade informal).

### III - Trajecto Profissional.

. Justificação: verificar hipóteses do grupo a) + b) + e) - ou seja, o modo de inserção na vida profissional, os problemas económicos essenciais, influência do processo migratório na eclosão das actividades informais.

. Campo de análise: refere-se aos pontos 1, 2, 3, 4.1, 4.2, 5, 6, 7, 8, 9.

. Questões

20' - Quando começou com as actividades? : há menos de 1 ano :

entre 1 a 3 anos :

entre 4 a 6 anos :

entre 6 a 10 anos :

mais de 10 anos :

(objectivo: longevidade, e interesse).

21' - Exerceu alguma actividade anteriormente? : sim: onde:

não:

(objectivo: influência dos outros sectores - agricultura, moderno - na criação do sector informal).

22' - Exerce actualmente uma outra actividade além desta? : sim : onde:

não :

(objectivo: verificar a ambivalência de trabalho).

23' - Porque exerce esta actividade : falta de emprego no sector moderno :  
gosto de ser independente :  
(objectivo: verificar interesse na criação da unidade).

24' - Como adquiriu fundos para o início da actividade : poupança individual :  
empréstimo bancário :  
amigos? familiares?  
(objectivo: verificar a origem de fundos para a criação da unidade).

25' - A actividade é individual ou é de grupo? :  
se for de grupo : quantas pessoas são? :  
outros membros são familiares? :  
outros sócios? :

Nota: por grupo entende-se um conjunto de pessoas que contribui no rendimento da família ou que vive deste rendimento (*Lachaud, 1982*). Por família entende-se um conjunto de pessoas que vivem no mesmo tecto (*ibid*).

#### IV - Funcionamento da empresa.

. Justificação: verificar as hipóteses b) + d) + e) + f) ou seja, os problemas económicos da empresa, os factores que asseguram o êxito ou falha da unidade, as mutações estruturais.

. Campo de análise: refere-se aos pontos 10.1, 10.2, 10.3, 11.1, 11.2, 11.3, 12, 13.

. Questões

26' - Qual é o horário e dias de exercício de actividade? : sem horários e dias :  
com horários e dias :  
(objectivo: verificar a ausência de horário no funcionamento da unidade).

27' - Onde se adquirem os produtos/mercadorias? : por intermediário :  
directamente : onde :  
(objectivo: verificar o circuito económico no qual se insere a unidade).

28' - Como se definem os preços? : a montante (aquisição junto do fornecedor)  
: a juzante (venda aos consumidores) :

29' - Quais são os compradores? (consumidores) : indivíduos (famílias) :  
empresas formais :  
empresas informais :  
(objectivo: verificar o tipo de cliente).

- 30' - Como se processam as vendas? : a pronto :  
a crédito :  
(objectivo: funcionamento).
- 31' - Qual é o mecanismo de cobrança? (quando é a crédito) :  
(objectivo: idem).
- 32' - Como e onde são guardados os produtos não vendidos?:em armazém:  
transportados p/ casa:  
(objectivo: verificar as actividades secundárias geradas pela actividade principal da unidade).
- 33' - Quanto tempo leva do local de residência ao local de actividade? :  
(objectivo: verificar a distância).
- 34' - Quais as dificuldades que enfrenta na sua actividade? :
- 35' - A actividade é rentável? : sim :  
não :  
(objectivo: verificar o nível de rendimento).
- 36' - Qual é o período que tem mais rendimento?  
(objectivo: verificar o grau da flutuação da procura).
- 37' - Quando é que recebe os pagamentos dos seus clientes? a pronto :  
a semana :  
a 30 dias :
- 38' - O que é que faz com o lucro obtido? : consumo :  
investimento :  
(objectivo: verificar como se aplica o lucro obtido e o objecto da unidade).
- 39' - Qual é o projecto pessoal com esta actividade? : espera por uma oportunidade  
para o sector moderno :  
actividade definitiva :  
(objectivo: verificar as motivações e as causas de pertença ao sector).
- 40' - Já aumentou a capacidade da actividade? :  
(objectivo: verificar a rentabilidade, a auto-reprodução, etc...).



## V. Comportamento do empresário.

### . Questões

- 41' - Prefere a sua situação actual? Isto é, prefere ser ignorado pelo poder público ou receber assistência? sim : porquê :  
não : porquê :  
(objectivo: verificar a vantagem da participação no sector).
- 42' - Gostaria de ter um emprego fixo? sim : em que sector? :  
não :  
(objectivo: idem).
- 43' - Porque não regista o seu negócio?  
(objectivo: idem).

O quadro a seguir apresenta uma compilação de todos os “items” aqui perfilados num esquema único de análise.

## ESQUEMA DE ANÁLISE DE QUESTIONÁRIO PARA INVESTIGAÇÃO

Hipóteses (a ilustrar)	Campos de Análise	Perguntas no Questionário
a) Modo de Inserção dos indivíduos na vida profissional: – Informação sobre o Empresário / Proprietário, os Trabalhadores. – Informação sobre vínculo Educação - Formação - Actividade Profissional.	Pontos: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13.	Bloco I: Características Demográficas III: Trajecto Profissional
b) Problemas Económicos do Sector: – Formação do Capital. – Organização da Empresa 1) Ao Nível Estático (actividade principal, localização, estrutura física) 2) Ao Nível Dinâmico (antiguidade, evolução, estrutura)	Pontos: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 10, 11, 12, 13.	Bloco II: Caracterização da Empresa III: Trajecto Profissional IV: Funcionamento da Empresa
c) Influência da Migração no processo das actividades informais.	Ponto: 9	Bloco I: Características Demográficas.
d) Dinamismo e Flexibilidade das unidades informais.	Pontos: 11, isto é 11.1, 11.2, 11.3	Bloco IV: Funcionamento da Empresa
e) Factores de Sucesso e/ou Insucesso	Pontos: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 13.	Bloco III: Trajecto Profissional IV: Funcionamento da Empresa
f) Mutações Estruturais: – Criação e/ou Desaparecimento – Desenvolvimento isto é, Interpretação • Retrospectiva (Ano da Criação) • Prospectiva (duração de vida)	Pontos: 10, 11, 12, 13	Bloco IV: Funcionamento da Empresa

Obs.: Bloco IV — “Comportamento do Empresário” — Enquadra-se nas Questões Diversas.

## Observações:

Muitas ilações podemos tirar das possíveis respostas a estes questionários conducentes a confirmar as hipóteses e conclusões teóricas vistas ao longo deste trabalho, e pode-se revelar aqui também os tipos de relações que existem entre o sector formal e informal, condicionantes da possibilidade da dinamização do sector informal. Afinal este último existe em relação com as necessidades iniciais criadas pelo sector moderno.

Por outro lado, reconhecemos as dificuldades a encontrar para a recolha das informações. Além de esforço de adaptação na elaboração de perguntas consoante a especificidade de cada ramo de actividade, conta-se com grandes resistências a respostas por parte dos entrevistados.

Para certas questões, como as da proveniência da mercadoria, a opinião corrente de Luanda admite que grande maioria provém de desvios no porto e armazens. Na verdade, sugere-se a existência de interesses superiores ocultos que controlam o gigantesco mecanismo do "Roque". Apesar da imagem exterior de desorganização, existe realmente uma impressionante organização.

Assevera-se difícil como se antevê, provar estas e outras hipóteses dado que neste domínio da economia informal, o único ponto de referência são as afirmações e memórias dos indivíduos que normalmente têm tendências a sonegar fontes e realidades em benefício próprio.

Não é intenção de um inquérito deste tipo desvendar o "mecanismo sombra" que jaz nos mercados informais particularmente os de Luanda, o que nos afastará do objectivo que fixámos para esta tese, o de revelar que a economia informal em Luanda actua como notou Daniel dos Santos como "mecanismo de regulação social, restabelecendo o equilíbrio num mercado caracterizado pela escassez da oferta de bens tanto locais como importados. Através deste mecanismo a oferta é ajustada de acordo com a procura da maioria da população (redistribuição de rendimentos, bens e serviços)"<sup>(1)</sup>, e contribui, de uma forma geral, como viveiro de parte da classe empresarial angolana.

---

(1) Santos, Daniel dos; *op. cit.*, p. 172.

#### 4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Foi referido em diversas ocasiões nesta abordagem, que Keith Hart sublinhava já a urgência de incorporar nas linguagens e aproximações sobre o desenvolvimento, o fenómeno da informalidade.

Até os primeiros anos da independência, a concepção sobre o desenvolvimento era orientada no sentido de mudança de civilização, de substituição de estruturas tradicionais por estruturas ocidentais. O desenvolvimento só se realizaria adoptando o modo de produção da metrópole como modelo.

Admitimos que foram notórias as transformações operadas nos países em desenvolvimento. Porém, a evolução para o desenvolvimento produz-se através de um processo de mutação lenta. Daí registamos os efeitos por vezes perversos criados pelo modelo, deixando muitos problemas e dificuldades não resolvidos.

Tudo nos leva a crer que as actividades informais são um exemplo ilustrativo desta paulatina transformação, na medida em que se encontram em posição de satisfazer novas necessidades.

Uma simples transferência das estruturas para os países em desenvolvimento não poderia garantir um desenvolvimento completo. Como dizia M. Penouil, o desenvolvimento não é um simples problema económico que encontra solução através de fluxos de investimento. O desenvolvimento é, antes de mais, mudança de civilização, e toda a mudança neste domínio, não pode ser geral nem rápida. O informal exerce um papel essencial porque permite às sociedades «terem todo o tempo» para evoluir ao seu próprio ritmo, em ambiente de grande diversidade<sup>(1)</sup>.

Vimos o peso que o sector informal imprime nas economias urbanas de África consubstanciado grosso modo na sua participação no emprego total, na criação de rendimentos, e, portanto, na criação de riqueza tanto na formação como no aumento do volume total da produção; representámos as suas funções no processo global de desenvol-

---

(1) Penouil, Marc; *“Les activités informelles: Realités méconnues..., espérances illusoires?”*. *Economie et Humanisme* n° 314, Julho-Setembro 1990, p. 33.

vimento, justificadas pela sua incorporação no conjunto das dinâmicas do sistema económico em geral.

Consequentemente, referimos o passo decisivo dado pela missão do B.I.T. com a generalização da noção de “sector informal” que consagrou a elevação do seu estudo para um nível de reflexão teórico-económica e a necessidade de repensar as estratégias de desenvolvimento. Desde então, os governos e organismos internacionais evoluíram para a adopção de um comportamento mais compreensivo, virado para o incentivo da iniciativa privada espontânea que é a lógica das actividades informais.

Salientámos os factores tendentes a travar a sua expansão comprometendo desta forma a potencialidade de que se reveste; e também tecemos algumas considerações sobre os programas de acção com vista a auxiliar um sector que afinal já provou o seu dinamismo e capacidade. O melhoramento do clima institucional no qual operam as empresas do sector permitir-lhes-á explorar eficientemente os recursos do resto da economia e aumentar desta forma o nível de emprego e da produtividade.

Assim, diante das potencialidades e oportunidades que oferece o sector, a literatura milita a favor da sua promoção. Mas curiosamente, notámos que esta promoção se reduz muitas vezes a um problema de capital e de formação, como mencionado no ponto 1.5. A promoção vista unicamente sob este ângulo corre o risco de recair no velho discurso do subdesenvolvimento explicado pela penúria de capitais e por insuficiência de escolarização. É preciso não esquecer que, com a experiência dos movimentos de investimentos não rentáveis dos anos sessenta, a incapacidade dos PVDs deriva sobretudo de falta de oportunidade de investir de uma maneira rentável. *“A insuficiente capacidade de absorção de capital é a primeira causa do subdesenvolvimento”*<sup>(1)</sup>.

Segundo esta ordem de ideas, lembremos a situação paradoxal levantada por J. Charmes, mencionada também no mesmo ponto 1.5, relativa à promoção do sector ou da passagem do sector informal para o sector moderno. A intenção de querer inscrever a todo o custo o sector numa base tecnológica especificamente capitalista, parafraseando Constantin B. Napoléon, corre o risco de o expor a uma concorrência internacional que não poderá enfrentar, porque, na sua essência, a sua ló-

---

(1) Penouil, M.; *op. cit.*, p. 34.

gica não é capitalista<sup>(1)</sup>. Assevera-se então de capital importância conhecer a realidade destes países em todas as suas vertentes.

Em África, como em todos os países em desenvolvimento, e partilhamos as observações de Harold Lubel (*O.C.D.E.*, 1991), a manutenção das actividades informais depende de duas condições económicas essenciais : um excedente de mão-de-obra e um acesso limitado aos mercados e recursos produtivos.

Apoiámo-nos nos modelos teóricos da migração rural-urbana conhecidos para justificar as nossas considerações.

De facto, o excedente estrutural da força de trabalho nas zonas urbanas, derivado das expectativas criadas sobre o modelo de desenvolvimento orientado para a industrialização/urbanização está na origem da prática informal. Perante o falhanço destas políticas, a única alternativa à disposição da maioria da população é empenhar-se nas actividades informais. Portanto, o crescimento do sector informal constitui a resposta das sociedades africanas perante um ambiente instalado desfavorável.

Esta última constatação, coadjuvada com as políticas económicas desajustadas faz com que hoje, como nos mostra a evidência dos factos no terreno em África, a imagem preconcebida do sector informal evoluísse. Este já não é o apanágio apenas dos “*excluídos*” do sistema mas também congrega no seu seio aqueles indivíduos que por vontade própria ou por força de circunstâncias conjunturais, resolveram “refugiar-se” nesta esfera. Como escreveu G. Nihan, “*no seu todo, o sector informal, na medida em que emprega de uma maneira produtiva uma proporção importante de mão-de-obra, em que assegura uma função de «correia de transmissão» tanto no plano da actividade económica como das qualificações, representa um factor a não subestimar na luta contra a pobreza e o desemprego. Tendo em conta as dificuldades de vida nos países em desenvolvimento, onde muitas vezes as necessidades essenciais não são satisfeitas, é preciso apostar no potencial que o sector contém, e esperar que as políticas futuras de desenvolvimento económico e de planificação de recursos humanos o tome doravante em consideração*”<sup>(2)</sup>.

---

(1) Napoleon, Constantin B.; “*Les politiques d'appui au secteur informel*”. *Revue Tiers-Monde*, 122, Abril-Junho 1990, p. 404.

(2) Nihan, G.; “*Le secteur non structuré de Nouakchott*”. *Revue Internationale du Travail*, vol. 117, nº 6, 1978, p. 775.

Com base nas considerações e conclusões gerais apuradas, deixamos aqui algumas pistas para futuras investigações, pois, conforme indicámos na nota introdutória, as abordagens teóricas do sector informal estão ainda numa fase prospectiva.

Vinte e cinco anos volvidos desde a tomada de consciência do fenómeno informal, os desenvolvimentos conceituais à volta do tema continuam a suscitar interesse junto dos diferentes analistas.

Com a estagnação da vida económica dos países em desenvolvimento, acompanhada da crise sem precedentes do início dos anos oitenta, o tema tende a ser reconfigurado em relação às concepções iniciais. Isto é, o cerne da questão passa a ligar o sector informal à livre iniciativa (sob a óptica neo-liberal dos anos oitenta), considerando-o como viveiro da capacidade e espírito de inovação empresarial. A abordagem orienta-se doravante para a redescoberta, a partir da prática das actividades informais, de iniciativas privadas capazes de delinearem uma estratégia de sobrevivência num meio assolado pela penúria de diferentes recursos; é a inversão do enfoque do sector, enquanto mero expediente para o desemprego e/ou subemprego.

Agora, existe a convicção generalizada que o crescimento interno se realizará graças à expansão da livre iniciativa e das actividades de pequena/micro escala. Por outras palavras, os órgãos públicos e organismos internacionais procuram relançar e enquadrar as actividades informais, cujos actores provaram o seu dinamismo e capacidade empresarial perante um ambiente hostil.

Mas a problemática principal ainda reside em descortinar realmente se o sector, como pergunta G. Nihan<sup>(1)</sup>, representa uma reserva de crescimento económico, de emprego e de formação de capital humano ou se constitui simplesmente um "*acidente de percurso*" no processo de desenvolvimento tendo a sua explicação na "*subsistência anacrónica*" de actividades e de comportamentos que se mantêm graças à brechas de desenvolvimento do sector moderno, sendo assente o desaparecimento destas "*diferenças friccionais*" quando a economia atingir o seu apogeu. Isto é, o que reflecte a mesma coisa, que futuro se reserva ao sector aquando do "*boom económico*" de um país?

---

(1) G. Nihan, "*Le secteur non structuré. Signification, aire d'extension du concept et application expérimentale*", in Hugon, P. (ed), *op.cit.*.

Com a vaga dos programas de ajustamento estrutural na África Subsaariana, o Banco Mundial enquadra esta questão numa nova dimensão: o dinamismo que demonstra o sector informal constitui uma componente intrínseca do desenvolvimento a longo prazo ou é devido à existência de distorções que as próprias políticas de ajustamento se propõem a atenuar ou de eliminar completamente? (J. Charmes, 1992).

Pergunta-se também como maximizar o desenvolvimento potencial do sector informal intermediário que aparece como reserva do dinamismo empresarial gerando consideráveis rendimentos e ao mesmo tempo minimizar a amplitude da “*comunidade de pobres*” (W. House, 1984).

Numa outra perspectiva, será que as vantagens decorrentes da situação de não registo do sector excedem os inconvenientes ligados à impossibilidade de beneficiar das vantagens concedidas ao sector moderno? Isto é, por outras palavras, como definir uma política que permita ao sector informal desenvolver-se à margem da sua assimilação completa no sector formal? ou ainda, como conciliar os dois aspectos diametralmente opostos que se colocam no sector informal: por um lado, as suas vantagens reconhecidas na flexibilidade que lhe confere um grau de resistência, e nos fracos níveis de investimento que lhe habilita à criação rápida de postos de trabalho, e, por outro lado, as desvantagens da ausência quase total de mecanismos de regulação tais como os da protecção social dos trabalhadores?

Uma resposta à segunda preocupação levantada pelo Banco Mundial poderá ser dada pelo dinamismo do próprio processo de desenvolvimento.

Com efeito, a ressurgência da produção em pequena escala nos países desenvolvidos é um sinal de alarme para a reconsideração das vias para o desenvolvimento. A severa crise económica dos anos setenta e oitenta que abalou o mundo, deu impulso àquilo que a produção literária denomina de “*flexible specialization*”<sup>(1)</sup>, que enfatiza as virtudes das pequenas empresas.

O fenómeno refere-se ao desenvolvimento dos pequenos e especializados sistemas de produção que apresentam flexibilidade nas

---

(1) Literalmente pode-se traduzir como “*especialização flexível*”. Remete realmente a noção de “*fábrica difusa*”.



operações em contraste com a produção relativamente rígida realizada a grande escala. A emergência de pequenas empresas altamente especializadas é vista como uma resposta à mudança das condições de mercado, essencialmente no que se refere à maior flutuação de procura<sup>(1)</sup>.

Evidentemente, ao contrário das economias subdesenvolvidas, a noção de “especialização flexível” é associada mais à sofisticação tecnológica do que às técnicas simples e as condições da sua manifestação são diferentes das dos países desenvolvidos. O que está em causa são as determinantes desta nova tendência (os falhanços das estratégias e as crises) e o engenho e inovação encontrados para sobreviver. Deste ponto de vista achamos que os comportamentos coincidem entre economias desenvolvidas e subdesenvolvidas. A natureza das actividades informais com a sua particularidade de actuar em escala reduzida demonstrou um dinamismo e capacidade empreendedora num meio económico difícil, senão mesmo caótico.

Verificámos após confronto, que as noções teóricas avançadas, especialmente ao nível de determinantes das actividades informais nos PVDs, se coadunam com a realidade angolana particularmente na cidade de Luanda.

Ensaíamos uma metodologia baseada na concepção de um modelo de questionário a submeter a um grupo aleatoriamente escolhido de participantes num dos maiores ramos de actividades informais (o comércio), com vista a permitir confirmar certas hipóteses que se colocam no mercado informal e tirar daí ilações pertinentes.

Todavia, apesar dos aspectos positivos do sector salientados ao longo deste trabalho, nota-se que ainda permanecem reticências por parte de analistas e círculos governamentais, que relevam de convicções que desvalorizam o sector informal, assimilando-o com a pobreza e marginalidade, e colocando dúvidas acerca da sua viabilidade. Mas a realidade dos factos em África leva-nos a apoiar a afirmação segundo a qual “se o sector em si não oferece um modelo alternativo de desenvolvimento, o seu potencial, o seu dinamismo, a sua faculdade de

---

(1) Swaminathan, M. 1991.

adaptação torna-no relevante para a retoma do crescimento”<sup>(1)</sup>. Na reconsideração das estratégias de desenvolvimento, o papel afecto ao sector informal justifica-se em termo de emprego, do alívio da pobreza e de distribuição de rendimentos.

Mais significativo ainda, como preconiza S. V. Sethuraman, o sector já não será considerado como uma sequela indesejável do processo de desenvolvimento (a ser absorvido naturalmente com o processo de crescimento) mas sim, como um elemento de valor intrínseca, fazendo realmente parte integrante da economia urbana<sup>(2)</sup>.

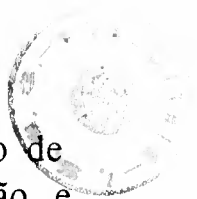
---

(1) *“Le poids du secteur informel en Afrique Subsaharienne”*. in *Semanário “Marchés Tropicaux et Méditerranéens”*, nº 2338, Agosto 1990, p. 2449.

(2) *Sethuraman, S.V.; “Le secteur urbain non structuré: concept, mesure et action”*. *Revue Internationale du Travail*, vol. 114, nº 1, Julho-Agosto 1976.

## BIBLIOGRAFIA

- . ABOAGYE, Alex A.; GOZO, Kodjo M.; "The informal sector: A critical appraisal on the concept". in The Challenge of Employment and Basic Needs in Africa. Jobs and Skill Programme for Africa (JASPA) of The Internacional Labour Organization (ILO), Oxford University Press, Nairobi, 1986, pp. 261-269.
- . AGUILAR, Renato; ZEJAN, Mário; "Angola 1991: A Long and Hard Way to the Marketplace". Department of Economics, University of Gothenburg, Suécia, Agosto 199, (Mimeo), pp. 5-11.
- . AMADO, Filipe; "As condições de sobrevivência da população pobre em Angola". Trabalho apresentado a um membro de equipa de técnicos de Banco Mundial que visitou Angola em 1993. Policopiado, Luanda, Janeiro 1994, 30 pp.
- . AMIN, A.T.M. Nurul. "Le rôle du secteur non structuré dans le développement économique. Observations faites à Dhaka, Bangledesh". Revue Internationale du Travail, vol. 126, nº 5, BIT-Génève, Sept-Oct. 1987, pp. 677-700.
- . ARC, Helène Rivière d'; SCHNEIER, Graciela; "Activités informelles et espace: Le cas des villes nouvelles de Ciudad Guayana (Venezuela) et Camaçari (Brésil)", Revue Tiers-Monde, XXIV, nº 5, IEDES, Presses Universitaires de France, Jul-Sept. 1983, pp. 653-667.
- . ASSUNÇÃO, Pedro; "Government Policies and the urban informal sector in Sub-Saharan Africa: Four case studies". Mimeo, Konstanz, abril 1992, pp. 86-122.
- . BANCO MUNDIAL; "África Subsaariana. Da crise ao crescimento sustentável". Estudo de uma perspectiva de longo prazo. Washington, 1990, 353 pp.
- . BARRERA, Roberto Urmeneta De la. "Les nouveaux composants du «Secteur Informel Urbain»: Le cas du capitaliste autoritaire au Chili". Projecto de tese de doutoramento. Université Catholique de Louvain, Louvain la neuve, Janeiro 1985, 26 pp.

- 
- . CABRAL, Manuel Villaverde. "A economia subterrânea vem ao de cima: estratégias da população rural perante a industrialização e urbanização" Análise Social, vol. XIX (76), Lisboa, 1983-2º, pp.199-234
  - . CHARMES, Jacques, "Le secteur informel, nouvel enjeu des politiques de développement?" L'Homme et la Société, L'Harmattan, nº 105,106, Lyon/France, Juillet-December 1992, pp. 63-77
  - . CHICKERING, A. Lawrence; SALAHINE, Mohamed; (ed. by); "The silent revolution. The informal sector in five Asian and near Eastern Countries". International Center for Economic Growth. ICS Press, San Francisco, California, 1991, 28 pp.
  - . DEBLÉ, Isabelle; HUGON, Philipe; "Vivre et survivre dans les villes Africaines". Institut d'Etude du Développement Économique et Social de l'Université de Paris I (I.E.D.E.S.) - Collections Tiers-Monde, Presses Universitaires de France, Paris, 1982, 310 pp.
  - . Entreprises et Entrepreneurs en Afrique. XIX et XX Siècle. Tome 1. Laboratoire "connaissance du Tiers-Monde", L'Harmattan, Paris, 1983, pp. 25-65.
  - . --/-- tome 2, pp. 229-241, pp. 607-635.
  - . FONTAÍNHA, Elsa Maria Nobres da Silva. "Actividades Económicas não Reguladas. Métodos de avaliação, tipologias e interpretações". Dissertação apresentada para a obtenção do grau de mestrado em economia. ISEG/Universidade Técnica de Lisboa, 1987.
  - . GIRI, Jacques; "Formal and Informal Small Enterprises in The Long-Term Future of Sub-saharian Africa". World Bank, the Long-Term Perspective Study of Sub-saharian Africa. Background papers, vol. 2, Washington, 1990, pp. 111-121.
  - . GONÇALVES, José; "Paralelo ou informal. A economia de sobrevivência". (Mimeo), Dez.91/Jan.92, 22 pp.

- . GUPTA, Manash Ranjan; "Rural-urban migration informal sector and development policies. A Theoretical analyses" Journal of Development Economies, vol. 41, n° 1, Pranab Bardhan, North-Holland, June 1993, pp. 137-151.
- . HAAN, H; "Urban informal sector information: Needs and Methods". CELESTIN, J.B. (ed. by). International Labour Office (ILO), Geneva, 1989, 44 pp.
- . HARRIS, J.R; TODARO, M.P. "Migration, unemployment and development. A two-sector analysis". The American Economic Review, vol. LX, Menasha, Wisconsin, USA, March 1970, pp. 126-142.
- . HART, Keith; "Informal Income oportunities and urban employment in Ghana". The journal of modern african studies, vol. II, London, March 1973, pp. 61-89.
- . HEMMER, Hans-R.; MANEL C. "On the economic analysis of the urban informal sector". World development, vol. 17 n° 10, Pergamon Press, 1989, pp. 1543-1552.
- . HOUSE, William J.; "Nairobi's informal sector: Dynamic entrepreneurs or surplus labor?". Economic Development and Cultural Change, vol.32, n° 2, The University of Chicago Press, Chicago, Jan. 1984, pp. 277-302.
- . HUGON, Philippe (ed.); "Secteur informel et petite production marchande dans les villes du Tiers-Monde" Revue Tiers-Monde, Vol. XX, n° 82, IEDES, Université de Paris, Presses Universitaires de France, Paris, Abril-Junho 1980, 445 pp.
- . Jobs and Skills Programme for Africa (JASPA), "The informal sector in Africa". Based on JASPA/ILO, the informal sector in Africa (Addis Ababa, 1984), in The Chalenge of Employment and Basic Needs in Africa. Essays in honour of S.B.L. Nigan and to mark the tenth aniversary of JASPA. JASPA/ILO, Oxford University Press, Nairobi 1986, pp. 244-260.

- . LEIMAN, Antony; "Formal/Informal sector articulation in Zimbabwean economy". Journal of Contemporary African Studies, vol. 4 n° 1/2, october 1984/Abril 1985, pp. 119-137.
- . LELART, Michel; "L'épargne informelle en Afrique. Les Tontines Béninoises": Revue du Tiers-Monde, vol. XXX, n° 118, Paris, Abril-Junho 1989, pp. 271-298.
- . "Le poids du secteur informel en Afrique sub-saharienne" Marches Tropicaux et Méditerranéens, n° 2338, Paris, Agosto 1990, pp. 2447-2449.
- . LEWIS, W. Arthur; "The dual economy revisited". The Manchester School of Economie and Social Studies, n° 3, Blackwell Publisher and the Victoria University of Manchester, Setembro 1979, pp. 211-229.
- . LEWIS, W. Arthur; "O desenvolvimento económico com oferta ilimitada de mão-de-obra". Reprodução policopiada em português de "Economic development with unlimitid suplies of labour". The Manchester School, n° 22, Maio 1954.
- . LUBELL, Harold; et ZAROOUR, Charbel; "Le secteur non structuré de Dakar résiste à la crise" Revue Internationale du Travail, vol. 129, n° 3, BIT-Gênève, 1990, pp. 423-432.
- . LUBELL, Harold; "Le secteur informel dans les années 80 et 90". Étude du Centre de Développement de L'O.C.D.E, Paris, 1991, 138 pp.
- . MACGAFFEY, Janet; GERTRUD, Windsperger; "The endogenous economy". World Bank. The Long Term Perspective Study of Sub-saharian Africa. Background papers, vol. 3, Washington, 1990, pp. 81-90.
- . MACGAFFEY, Janet; "Fending-for-yourself: The organization of second economy in Zaire". in Nzongola-Ntalaja (ed. by); "The crisis in Zaire: Myths and realities". Africa World Press, New York, 1986, pp. 141-156.
- . MANSILA, H.C.F.; "The informal economy and the perpetuation of under development: The case of Bolivia". La Paz, Bolívia, pp. 29-43.



- . MARFAING, Laurence; "Secteur informel? Pour une approche historique de l'évolution d'un commerce africain". Projecto de trabalho de pesquisas. (Mimeo), Hamburg, Fevereiro 1993, 15 pp.
- . MARIUS, Heino; "The informal sector in developing countries" in NECK, Philip A. and NELSON, Robert E. (eds) "Small enterprise development: policies and programmes". Management development series, n° 14, International Labour Office, Geneva, 1987, pp. 59-70.
- . MAZUMDAR, Dipak; "Rural-urban migration in developing countries". in E.S. Mills (ed. by) Hand Book of regional and urban economic, vol. II, Elsevier Science Publishers B.V., World Bank, 1987, pp. 1097-1128.
- . METELLIN, Pierre. "Interprétation théorique du milieu urbain en Afrique noire: L'analyse socio-économique des activités informelles". Centre d'Étude d'Afrique Noire. Université I, Bordeaux, 1983, 492 pp.
- . MIRAS, Claude de; "État de L'informel. Informel et état. Illustrations Sud-Américaines". Revue Tiers-Monde, vol. XXXI, n° 122, IEDES, Presses Universitaires de France, Paris, Abril-Junho 1990, pp. 377-391.
- . NAPOLÉON, Constantin Biguma; "Les politiques d'appui au secteur informel: un exemple paradoxal de réussite: Le Rwanda" Revue Tiers-Monde, vol. XXXI, n° 122, IEDES, Presses Universitaires de France, Paris, Abril-Junho 1990, pp. 393-404.
- . NIHAN, Georges; DEMOL, Erik; JUNDOH, Comlavi; "Le secteur non structuré «moderne» de Lomé". Revue Internationale du Travail, vol. 118, n° 5, BIT-Génève, Sept-Oct. 1979, pp. 669-683.
- . NIHAN, Georges; JOURDAIN, Robert. "Le secteur non structuré «moderne» de Nouakchott"; Revue Internationale du Travail, vol. 117, n° 6, BIT-Génève, 1978, pp. 765-776.
- . NOORMOHAMED, S.; "Development strategy for the informal sector: the Kenya experience". in NDEGWA, P.; MUREITHI, L.; GREEN, R. (eds). "Development options for Africa in the 1980s and beyond". Oxford University Press, Oxford, 1985.

- . OGUNRINOLA, I. Oluranti; "Determinants of entrepreneurship development in the urban informal sector of Lagos". Africa Development, vol. XVII, nº 4, CODESRIA, Dakar, Senegal, 1992, pp. 81-97.
- . "O sector não oficial, uma sobrevivência na economia marginal". Jornal África, Lisboa, 03.01.1990, pp. 34-35.
- . PEATTIE, Lisa; "An idea in good currency and how it grew. The informal sector". World development, vol. 15, nº 7, Pergamon Press, 1987, pp. 851-860.
- . PENOUIL, Marc; LACHAUD, Jean-Pierre; (Sous la dir) "Le Développement spontané: Les activités informelles en Afrique". Centre d'Économie du Développement. Centre d'Étude d'Afrique Noire de Bordeaux, Edition A. Pedone, Paris, 1985, 303 pp.
- . PENOUIL, Marc; "Les activités informelles: Realités méconnues..., espérances illusoires". Économie et Humanisme nº 314, Lyon/France, Jul-Set. 1990, pp. 29-39.
- . "Pobreza e crise social em Angola". Relatório final. "Workshop" realizado em Luanda sob a iniciativa da organização não-governamental-ADRA (Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente) - do Banco Mundial e da Secretaria de Estado do Planeamento. Luanda, 15 a 20 de Novembro de 1993, 26 pp.
- . RATHGEBER, Eva M; "Education and Employment on the Informal Sector. A review of some recent African research" Canadian Journal of African Studies, vol. XXII, nº 2, 1988 pp. 260-286.
- . ROCHA, Alves da; "Economia informal e os elementos culturais da sua interpretação". in Revista de Câmara de Comércio e Indústria Portugal-Angola. (CCIPA), nº 24, Lisboa, Jan-Mar 1985, pp. 28-32.
- . ROQUE, Fátima Moura; et Alii; "Economia de Angola". Colecção Cruzeiro do Sul. Bertrand Editora, Lisboa, 1991 335 pp.



- . ROQUE, Fátima Moura; FONTURA, Paula; "Distorções económicas e políticas correctoras em Angola". Documento de trabalho nº 23/91. ESEG/ Universidade Técnica de Lisboa, Departamento de economia. Lisboa, Dezembro 1991, 24 pp.
- . SANTOS, J. Albano; "A Economia Subterrânea". Ministério do Trabalho e Segurança Social, Lisboa, 1983, 85 pp.
- . SANTOS, Daniel dos; "The second economy in Angola: Esquema and Candonga". in LOS, Maria (Ed. by); "The second economy in Marxist States", McMillan, Ottawa, Canada, 1990, pp 157-174.
- . SETHURAMAN, S.V.; "Le Secteur urbain non structuré: concept, mesure et action". Revue Internationale du Travail, vol. 114, nº 1, BIT-Génève, Juillet-Août 1976, pp. 79-92.
- . SETHURAMAN, S.V. (ed by); "The urban informal sector in developing countries: employment, poverty and environment". BIT-Génève, 1991, 225 pp.
- . SOUZA, Paulo R.; TOKMAN, Victor E.; "Le secteur urbain non structuré en Amérique Latine". Revue Internationale du Travail, vol. 114, nº 3, BIT-Génève, Novembre-Décembre 1976, pp. 395-406.
- . SWAMINATHAN, Madhura; "Understanding the «informal sector»: A survey". WIDER (World Institute for Development Economic), Working Papers nº 95, United Nations University, Helsínquia, Dezembro 1991, 39 pp.
- . SY, Omar Saïp; "Des entrepreneurs omniprésents: Le Secteur informel à la rescousse de l'économie Sénégalaise". BERAUD, Philippe; PERRAULT, Jean Louis (Sous la dir); Entrepreneurs du Tiers-Monde, (Économies en Développement), Maisonneuve & Larose et Les Édition de l'Orient, Paris 1994, pp. 185-214.
- . TANZI, Vito; "L'économie occulte dans les pays occidentaux: origine, importance relative et répercussions sur l'économie". Boletim do FMI de 11 de Fevereiro de 1980, reproduzido em Problèmes Économiques, nº 1666, Paris, 26 de Maio de 1980, pp. 16-21.

- . "The urban informal sector in Africa in retrospect and prospect: an annotated bibliography". International labour bibliography n° 10, International Labour Office, Geneva, 1991, 86 pp.
- . TODARO, Michel P.; "Urbanization and Rural-urban Migration: Theory and Policy". Economic Development, 5<sup>th</sup> Edition, Longman, New York 1994, pp. 247-280.
- . TURNHAM, David; SALOMÉ, Bernard; SCHWARZ, Antoine (sous la dir); "Nouvelles approches du secteur informel". Séminaire du Centre de Développement de L'OCDE, Paris 1990, 268 pp.
- . TRAGER, Lilian; "A re-examination of the urban informal sector in West Africa". Canadian Journal of African Studies, vol. XXI, n° 2, 1987, pp. 238-255.
- . WEISS, Linda; "Explaining the underground economy: State and Social Structure". The British Journal of Sociology, vol. XXVIII, n° 2, Londres 1987, pp. 216-234.
- . World Bank; "Angola. An Introductory Economic Review". The World Bank Country Study. Washington 1991, 393 pp.

